



10º Concut Maior congresso da história reelege Artur Henrique presidente

Plano de Carreira Reunião Ampliada da Fenajufe decide: luta imediata é pelo reajuste salarial

Ideias

EM REVISTA

Revista bimestral do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
ANO III – nº 25 – Agosto e setembro de 2009



Sisejufe faz 20 anos com pesquisa inédita sobre a categoria



Educação de Qualidade
é para a vida toda.

REDE
mv 1



A maior escola da Tijuca.
Venha nos conhecer.

MV1 Anderson
R. Barão de Mesquita, 426
Tel: (21) 2217-7400
Do Ensino Fundamental
ao Ensino Médio

Espaço Infantil MV1
Rua José Higino, 367
Tel: (21) 2570-8047
Da Ed. Infantil ao 1º
ano do Fundamental

MV1 Junior
Rua Uruguai, 490
Tel: (21) 2570-3688
Do Ens. Fundamental
ao Ensino Médio

 **2127-7400**
www.mv1.com.br

Carta do Leitor/Núcleos

O técnico judiciário Eudes Magalhães Júnior defende o Esperanto como idioma universal. Leia também como foi a reunião inaugural do Núcleo de Gênero e Raça do Sisejufe.

Página 4

Editorial/Calendário dos 20 anos

Veículos de comunicação do Sisejufe são avaliados como bons ou ótimos por mais de 60% da categoria.

Página 5

TRE/Gripe Suína

Servidores terão financiamento da Caixa para compra imóveis. Sisejufe requer que TRE, TRT e JM, a exemplo do TRF, dispensem grávidas do trabalho por causa do risco da gripe suína.

Página 6

Justiça Federal

Sisejufe propõe normas de relotação para evitar transferências arbitrárias, como aconteceu em Campos.

Página 7

Redução da Jornada

Servidores do Judiciário Federal se integraram ao Dia Nacional de Luta, de 14 de agosto, e participaram de atos em frente aos tribunais do Rio de Janeiro.

Páginas 8 e 9

Fenajufe

Categoria rejeitou, em Reunião Ampliada da federação, a intransigência na negociação e vai defender o reajuste salarial. Mas a luta pelo Plano de Carreira está mantida.

Página 10

Raio X da Categoria

Pesquisa científica contratada junto à agência especializada traça o perfil do servidor do Judiciário Federal no Rio.

Páginas 11 a 15

Teia de Ideias

Henri Figueiredo lembra os fatos que marcaram o ano de 1989. Entre eles, a criação do Sisejufe.

Páginas 16 a 17

Oficina Literária

Duas amigas, atrizes e “bem conservadas”, vivem as agruras dos testes para uma minissérie. Leia no miniconto de Marlene de Lima.

Página 18

Saúde

Cores têm sabores e saúde. Saiba mais sobre alimentação saudável com a nutricionista Mônica Weberszpil, cujo consultório, na Tijuca, é o novo conveniado do Sisejufe.

Página 19

**Justiça do Trabalho**

Nosso repórter Max Leone mostra que, em ofício à Presidência do TRT da 1ª Região, magistrado relata atraso em petições devido ao sistema e cobra providências. Ou seja, cada vez menos gente está disposta a tolerar o SAPWeb

Página Central

Nacional

O desgoverno da tucana Yeda Crusius (PSDB) no RS. Ela e mais oito, incluindo o marido e ex-secretários de Estado, foram denunciados pelo MPF por formação de quadrilha.

Páginas 22 e 23

Internacional

Honduras: América Latina acusa o golpe. Mas a guerra está longe de acabar.

Páginas 24 e 25

Golpe

Um pouco da história de Honduras. Para entender como o país chegou aonde chegou.

Páginas 26

Justiça do Trabalho/Gênero e Raça

TRT corta R\$ 266 do auxílio-alimentação. Sisejufe ajuíza ação para evitar desconto.

Página 27

Movimento Sindical

Sob o lema “Desenvolvimento com Trabalho, Renda e Direitos”, mais de 2,4 mil delegados (40% mulheres) participaram do 10º Congresso da CUT, em São Paulo. Um dos fatos importantes do encontro político foi a assinatura do protocolo que dará aos sindicatos poder de participar dos projetos de política ambiental no interior das empresas. O ministro do Meio Ambiente Carlos Minc (PT) e a senadora acreana Marina Silva, virtual candidata à Presidência pelo PV, foram as estrelas políticas do Concut – que reelegera Artur Henrique para mais três anos à frente da maior central sindical.

Páginas 28 a 31

Movimento Sindical

O historiador Helder Molina apresenta 21 bons motivos para se filiar a um sindicato.

Página 32

Agentes de Segurança

O ministro da Justiça, Tarso Genro, conversou com o diretor do Sisejufe Valter Nogueira Alves sobre a criação da Polícia Judicial.

Página 33

Cultura

Em tempos de Lei Seca e de Lei Antifumo, o Samba da Vela, em São Paulo, é a cara de uma cidade cada vez mais restritiva. Quem conta a respeito é o jornalista paulistano Vinicius Souza.

Páginas 34 e 35

Opinião

O técnico judiciário e ex-diretor sindical Flávio Braga Prieto critica os arautos do caos e a indústria da crise.

Página 36

Fulgência Pedra Branca

Nosso colaborador perdeu a graça diante do Transtorno Obsessivo Compulsivo da mídia grande.

Página 37

Latuff

O retrato da política do governo Obama para tirar os Estados Unidos da recessão.

Página 38



Carta do leitor

Esperanto: um idioma democrático

Em razão da amplitude e importância da matéria em questão, sugiro que pesquisem e reflitam sobre o assunto. O Esperanto é uma bandeira digna de ser levantada. Somente o diálogo, a comunicação poderá trazer o entendimento que o mundo hoje tanto carece. Para quem não sabe, não se trata de acabar com os idiomas existentes. Além de impossível, isto seria absurdo. O movimento, acima de tudo valoriza e luta pela preservação e fortalecimento de todas as línguas e a diversidade cultural nelas contidas. O Esperanto representa o fim do imperialismo dos países economicamente mais fortes que, ao longo da história, impõem seus idiomas nativos, seja pelo comércio ou ideologia, como pretensas línguas universais. E como verdadeiros rolos compressores, acabam enfraquecendo e, até mesmo, destruindo culturas menos favorecidas, mas nem por isso menores. O Esperanto coloca o homem em igualdade de condições, democraticamente falando, visando exclusivamente a amizade entre os povos. Não

se trata também de um idioma inventado, artificial, uma vez que tanto sua gramática como seu vocabulário foram organizados a partir do que há de mais simples e funcional, daquilo que mais se repete na maioria das línguas existentes no mundo. É uma língua rica, regular, sua escrita é fonética, suas regras são simples e lógicas e sua sonoridade é bela. Acima de tudo, o Esperanto já provou sua funcionalidade. É uma língua absolutamente neutra, isto é: não há vínculos com governos ou religiões. Trata-se de um idioma auxiliar, que tem por objetivo derrubar a enorme barreira à comunicação global. A tecnologia já fez e está fazendo sua parte. De que vale hoje o seu celular poder ligar para o Japão se não soubermos falar japonês? E quantas são as línguas faladas hoje no mundo? Que Deus e seus respectivos povos as protejam! Porque não podemos, com certeza, falar por todas elas.

Eudes Magalhães Júnior
Técnico Judiciário

Aposentadoria especial para portadores de necessidades especiais

O Sisejufe impetrou no Supremo Tribunal Federal (STF) o Mandado de Injunção 1657, que trata da aposentadoria especial dos portadores de necessidades especiais (PNEs). Na verdade, a denominação correta contemporânea, a partir da ratificação pelo Brasil da Convenção Internacional que trata da matéria, é de pessoas com deficiência (PCD). O mandado de injunção pede a aplicação analógica da Lei 8.213/1991 para que o servidor que ingressou como PCD possa se aposentar aos 15 (deficiência grave), 20 (deficiência moderada)

ou 25 anos (deficiência leve). A matéria é nova e não encontra paralelo em outras legislações, embora seja objeto de projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional. O mandado de injunção aguarda designação do ministro relator, para depois ser objeto de fixação de prazo para informações dos presidentes da República, Câmara e Senado. Em seguida, o procurador-geral da República e o advogado-geral da União serão intimados para se manifestar. [Da assessoria jurídica do Sisejufe – Cassel e Carneiro Advogados]

Núcleos

Pensando políticas afirmativas

O mito brasileiro da democracia racial

Foto: Henri Figueiredo



Cristina: ainda há poucos negros no Judiciário Federal

O mais novo núcleo do sindicato promoveu reunião em 30 de julho. O Núcleo de Gênero e Raça deu prosseguimento aos trabalhos de instalação da instância com um encontro cuja pauta foi Igualdade Racial – antes, o núcleo já promovera debates sobre a questão de Gênero. A reunião foi coordenada por Cristina Paiva e teve a presença da professora Glorya Maria Alves Ramos (Sinpro-Rio), atual secretária de Igualdade Racial da CUT-Rio; da diretora sindical Vera Lúcia Pinheiro dos Santos; e da assessora do Sisejufe Míriam Starosky.

Foi discutida a pertinência ou não do uso dos termos “Raça” e “Etnia” para designar a ação política afirmativa na área. De acordo com Glorya Ramos, tal discussão é “infrutífera”. Segundo ela, algumas relações são étnicas (de origem) outras perdem este referencial por focar apenas a cor da pele (racial). “O importante é a orientação nas ações de luta”, defende Glorya. Em seguida, o debate voltou-se para a instalação de políticas afirmativas. De acordo com Cristina Paiva, discutiu-se como o racismo está entranhado na sociedade, nas menores atitudes; levantou-se exemplos e se percebeu que o racismo é um preconceito elitista e de classe. “Ele está em cada um de nós, mesmo que na sociedade brasileira o mito da democracia racial faça todos e todas negarem seu racismo e ainda fixa a aparência, perversa, de que todos somos iguais em condições e oportunidades”, diz Cristina. Neste sentido, se conversou sobre a importância das políticas afirmativas, como as cotas.

Como o sindicato pode trabalhar na luta contra o racismo? De acordo com a diretora Cristina Paiva, primeiro é necessário perceber as desigualdades nas relações raciais no trabalho – isto não é difícil para o Judiciário Federal, pela quase ausência da presença de negros e negras. Segundo a professora Glorya Ramos é importante que a diretoria sindical sempre se questione o porquê de manter um Núcleo de Gênero e Raça e qual o comprometimento com essas lutas. “Para isso é fundamental que toda a diretoria participe dos eventos e atividades que a capacite para esta luta”, diz Glorya.

O Sisejufe reafirma a parceria com Secretaria de Igualdade Racial da CUT-Rio. Glorya Ramos apresentou, por fim, a proposta que está formulando para o Planejamento de Gestão da CUT-Rio da gestão que se inicia. A proposta prevê um maior envolvimento da central sindical e dos sindicatos nos atos relacionados ao Dia da Consciência Negra (20 de novembro), com a criação de um circuito sindical de atividades – debates e apresentações artísticas.

Sisejufe 20 anos Calendário de eventos

AGOSTO

- Sexta, 28, 19h
Lançamento da campanha de filiação e da nova página de Internet
Local: Auditório do Sisejufe

SETEMBRO

- Quarta e quinta, 9 e 10
Banca do Sisejufe – Justiça Federal da Rio Branco
- Segunda e terça, 14 e 15
Banca do Sisejufe – Justiça Federal da Avenida Venezuela
- Quarta e quinta, 16 e 17
Banca do Sisejufe – TRE sede
- Quinta, 17
Cine Sisejufe com “Sicko” de Michael Moore
- Segunda e terça, 21 e 22
Banca do Sisejufe – TRF
- Quarta e quinta, 23 e 24
Banca do Sisejufe – TRT da Lavradio e Gomes Freire
- Segunda e terça, 28 e 29
Banca do Sisejufe – TRT Antônio Carlos e Augusto Severo

OUTUBRO

- Continuidade campanha de filiação no interior e capital.
 - Semana do Servidor diversas atividades
 - Sexta, 30, 20h
Baile do Dia do(a) Servidor(a) e dos 20 anos do Sisejufe Orquestra Tabajara
Local: Clube América
- O roteiro pelo interior será divulgado em setembro.

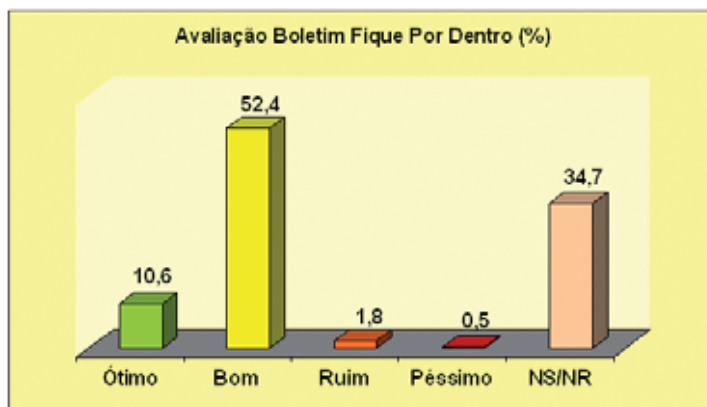
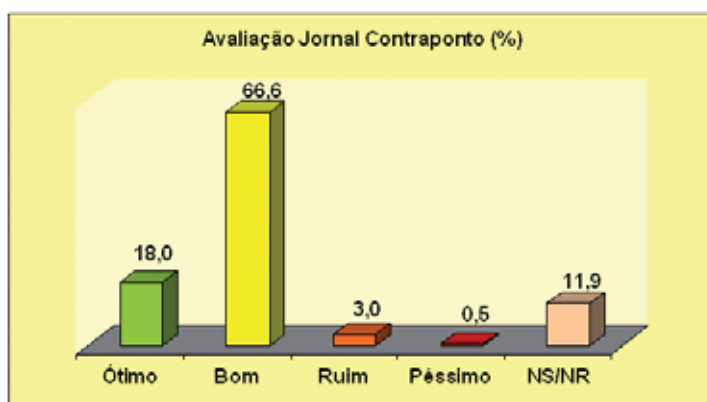
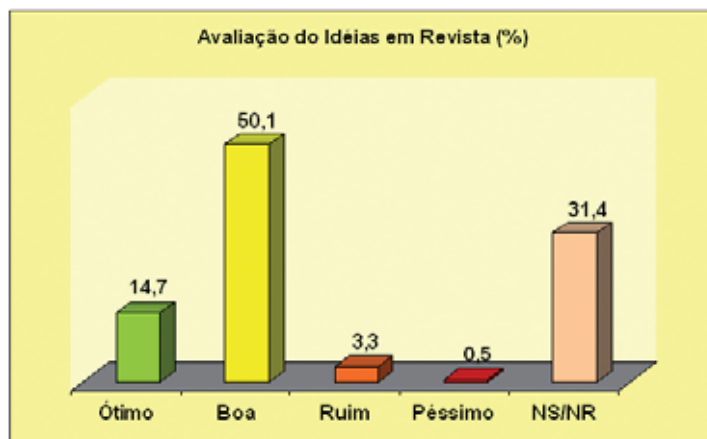
Editorial

Nossos veículos foram avaliados como bons ou ótimos por mais de 60%

Categoria reconhece a imprensa do Sisejufe

Nesta edição de aniversário de 20 anos do sindicato, a categoria dos servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro foi que nos deu um presente. Toda a equipe do Departamento de Imprensa do Sisejufe quer agradecer o reconhecimento verificado na pesquisa científica realizada pela Interlig Propaganda. Em média, nossos veículos foram avaliados como bons ou ótimos por mais de 60% dos entrevistados, sindicalizados ou não. É um fato importante que nos orgulha e aumenta a responsabilidade de todos os profissionais da Imprensa em dar continuidade a um jornalismo de credibilidade, identificado com a classe dos trabalhadores e, em especial, com os servidores públicos. É preciso destacar, também, a firme convicção da direção do Sisejufe em manter os investimentos na área, na compreensão de que a hegemonia política numa sociedade democrática se conquista com transparência, qualidade e compromisso com seu público.

O fato de reconhecer e avaliar bem os veículos de comunicação do Sisejufe não significa, contudo, que a categoria domine os temas ou, mesmo, concorde inteiramente com a nossa pauta. Por isso, cada vez mais o sindicato abre espaços para colaboradores auxiliares, técnicos e analistas judiciários que, com suas crônicas, cartas, contos ou textos de opinião, ajudam a construir nossos periódicos. A troca de ideias e de informações deve ser constante e, sem fugir ao lugar comum, é uma via de mão dupla. Participe. Escreva. Esperamos que vocês, caro leitor e cara leitora, continuem se reconhecendo em Ideias em Revista, no jornal Contraponto, no Boletim Informativo Fique por Dentro e no novo portal de Internet – que será lançado no final deste mês de agosto. Boa leitura.



SISEJUFE

Filiado à Fenajufe e à CUT

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Gilbert de Azevedo Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Luiz Carlos Oliveira de Carvalho, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Williams Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Márcia Bauer.

IDEIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb 18.091) – **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo
DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuf – **CAPA:** arte de Miguel Papi sobre foto de Dida Sampaio/Acervo Sisejufe
CONSELHO EDITORIAL: Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro
IMPRESSÃO: Gráfica e Editora Minister (8,6 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado

Assinado novo acordo com a Caixa Econômica

Max Leone*

Os servidores do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) já podem realizar o sonho da casa própria. Atendendo a uma reivindicação da diretoria do Sisejufe, a Presidência do tribunal assinou, no dia 13 de julho deste ano, um acordo com a Caixa Econômica Federal para concessão de financiamentos de imóveis residenciais novos ou usados para o funcionalismo do TRE. Serão beneficiados os servidores efetivos ativos, inativos e os pensionistas do tribunal. Eles terão acesso à linha de crédito para compra da casa própria em condições especiais e com juros abaixo do praticado no mercado. As taxas variam de 8,2% a 11% ao ano.

Pelo acordo, o prazo máximo para quitação do empréstimo habitacional é de 30 anos, com prestação debitada em conta corrente, e o comprometimento da renda do servidor de, no máximo, 25% do total. Além de imóvel residencial novo ou usado, o servidor também poderá financiar a construção de unidade isolada e na planta com taxas de juros pós-fixada. A Caixa Econômica Federal informou que o convênio já está disponível para contratação no sistema do banco.

O financiamento será feito pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Para

O financiamento será feito pelo SBPE. Para os servidores correntistas da Caixa, que mantêm conta corrente, cheque especial, cartão de crédito e que já recebam ou optem pelo crédito de salário no banco, a Caixa oferecerá, conforme está previsto no acordo firmado com o TRE, 100% de quota de financiamento ou uma carência de até seis meses para começar a pagar, sendo que a quota, neste caso, será de até 90% do valor do imóvel.

os servidores correntistas da Caixa, que mantêm conta corrente, cheque especial, cartão de crédito e que já recebam ou optem pelo crédito de salário no banco, a Caixa oferecerá, conforme está previsto no acordo firmado com o TRE, 100% de quota de financiamento ou uma carência de até seis meses para começar a pagar, sendo que a quota, neste caso, será de até 90% do valor do imóvel. O acordo diz que, "no período de carência serão cobrados os encargos devidos do tomador de crédito (seguro, juros, etc), à exceção da parcela de amortização".

Os servidores correntistas pagarão taxas de juros que variam de 8,2%, ao ano, nas operações enquadradas no Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e de 10,5%, ao ano, para as transações fora do SFH. O acordo estipula que a manutenção das

taxas de juros reduzidas no financiamento habitacional fica diretamente relacionada à pontualidade do pagamento dos encargos mensais, mediante débito em conta corrente do proponente mantida na Caixa, além da manutenção dos produtos como conta corrente, cartão de crédito, cheque especial e do crédito de salário no banco.

Aos servidores do TRE clientes da Caixa e que recebem o salário no banco, a instituição financeira oferecerá ainda produtos da área comercial com condições especiais como o Construcard Caixa, que terá prazo de amortização de até 60 meses, além de Consórcio Imobiliário e Auto, cujas taxas de administração antecipada terão desconto de 100%. Os servidores terão condições especiais também nas tarifas das cestas de serviços, nas taxas de cheque especial e na

anuidade de cartões.

A Caixa dará, ainda conforme o acordo, isenção de 12 meses na tarifa da cesta de serviços e 20% de desconto após este período; possibilidade de descontos superiores a 20% na tarifa da cesta de serviços em função da reciprocidade do cliente; cartão de crédito com a primeira anuidade gratuita, com exceção das modalidades Platinum e Turismo; e cheque especial com taxas flexibilizadas.

Os servidores do TRE que não são clientes da Caixa Econômica Federal terão condições de financiamento um pouco diferentes de quem é correntista. As taxas de juros serão de 8,4%, ao ano, nas operações feitas pelo SFH e de 11%, ao ano, para os empréstimos fora do sistema. O acordo assinado determina que, nestes casos, "os prazos e as quotas de financiamento são de acordo com as condições vigentes à época da contratação".

De acordo com a secretária de Gestão de Pessoas do TRE, Adriana Freitas Brandão Correia, mais informações sobre o acordo poderão ser obtidas com Maria Carolina Ferreira, gerente de Relacionamento da Agência 14 Bis da Caixa Econômica Federal, pelo telefone (21) 2217-6204.

*Da Redação



Gripe suína: Sisejufe requer que TRE, TRT e JM licenciem grávidas

Diante do quadro de pandemia de gripe suína, a direção do Sisejufe protocolou no dia 13 de agosto ofícios solicitando que as servidoras e as estagiárias grávidas do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e da Justiça Militar no Rio sejam dispensadas do trabalho enquanto houver risco dessas trabalhadoras contraírem a doença. De acordo com o diretor do sindicato Valter Nogueira Alves, o

pedido se justifica pelo fato de as gestantes serem o principal grupo de risco, conforme estudo realizado por pesquisadores do Centro de Prevenção e Controle de Doenças (CDC) dos Estados Unidos, publicado na revista "Lancet" e divulgado pelo jornal Folha de S. Paulo em 30 de julho. No ofício, o sindicato lembra que, na primeira semana de agosto, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, recomendou que as gestantes evitas-

sem frequentar locais fechados e com aglomeração de pessoas, por causa da facilidade de transmissão do vírus. Infectologistas e obstetras concordaram com a orientação do governo federal. Especialistas recomendaram também que algumas pessoas devem ser vacinadas antes das demais, dando prioridade às grávidas. O TRF liberou as funcionárias gestantes até o dia 31 de agosto.

Sindicato propõe normas para a relocação de servidores

Max Leone*

Uma comissão composta pelos diretores do Sisejufe Roberto Ponciano, Valter Nogueira Alves e Ricardo de Azevedo Soares elaborou uma proposta que será encaminhada na forma de projeto de resolução à direção do Foro da Justiça Federal do Rio sobre a política e o controle de lotação de servidores em exercício nas unidades no estado. A iniciativa é uma resposta ao ofício (RJ-OFI-2009/08256), de 15 de junho deste ano, do diretor do Foro, juiz federal Alexandre Libonati de Abreu, que solicitou ao sindicato que apresentasse sugestões “que contribuam para o trabalho em desenvolvimento” pela Justiça a respeito do assunto. De acordo com Ponciano, a proposta do Sisejufe tem por objetivo acabar com os vários casos de remoção de servidores que são transferidos sem consulta prévia e relatados à força em outros locais. O caso mais recente foi o de uma servidora de Campos transferida contra sua vontade para o Rio de Janeiro. A iniciativa do sindicato também visa evitar que a remoção seja usada com pena disciplinar.

“A atual política de relocação da Justiça Federal, confirmada pelo Conselho Consultivo, tem provocado grande revolta entre o funcionalismo”, adverte Roberto Ponciano. A proposta do Sisejufe apresenta critérios claros para a transferência de servidores. O artigo 5º do projeto de resolução, por exemplo, determina que o processo de escolha do servidor para ser relatado levará em consideração alguns pressupostos para que a mudança possa ser efetivada.

Pela proposta, estarão sujeitos à transfência, em primeiro lugar, o servidor com menor tempo de serviço, preferencialmente, na unidade que estiver lotado; o servidor com menor tempo de serviço público; quem for solteiro; que não esteja cursando terceiro grau ou pós-graduação; o servidor casado e sem filhos; quem for casado com filhos em idade escolar.

“Caso ocorra um empate no processo de seleção, será escolhido para ser transferido o



Ponciano: critérios claros

servidor que não estiver matriculado em curso superior ou em curso de pós-graduação. Persistindo o empate, a escolha recairá no servidor de menor idade”, explica Valter Nogueira Alves.

Outro ponto da proposta trata sobre a vedação de remoção de ofício caso o servidor estiver em tratamento médico ou psicológico. A norma vale para quem possuir cônjuge, companheiro ou companheira e filhos na mesma situação. O fato deverá ser comprovado por laudo médico que será submetido à junta de saúde. A proposta também abran-

Fotos: Henri Figueiredo



Valter: corrigindo desequilíbrios

ge o funcionário portador de deficiência. O servidor que tiver filhos em idade escolar só poderá ser removido durante as férias escolares e com parecer prévio da área psicossocial, de acordo com o artigo 6º do projeto.

A proposta da comissão de diretores do Sisejufe esclarece que “as lotações e relocações nas unidades da estrutura da Seção Judiciária do Rio de Janeiro serão feitas de acordo com a necessidade do serviço e os quantitativos de pessoal fixados na Tabela de Limites de Pessoal por unidade (TLP)”. Foi estipulado pela comissão que quando a remoção for solicitada por servidor serão observados os seguintes procedimentos: o interessado em mudar de lotação deve informar a chefia e, também, agendar entrevista individual com a SGP para atualizar as informações profissionais e pessoais necessárias ao encaminhamento adequado para nova lotação; ao ser informada sobre o pedido de movimentação do servidor, a chefia encaminhará à SGP solicitação de pessoal, se julgar necessário.

Já o artigo 14, que trata da remoção solicitada pela chefia, os procedimentos serão os se-

guintes: o chefe informará o servidor a respeito da solicitação de movimentação encaminhada à SGP; a chefia encaminhará à SGP, se julgar conveniente, pedido de preenchimento da vaga deixada pelo servidor movimentado.

“As mudanças de lotação efetuadas em desacordo com resolução serão consideradas irregulares, passíveis de apuração de responsabilidade, obrigando o servidor a retornar imediatamente à unidade de origem”, adverte Ricardo de Azevedo Soares. O diretor sindical resalta o artigo 23: “É vedado remover servidor de sua lotação original sem motivação e ou justificativa, ou para dar lugar a requisição de novos servidores”.



Ricardo: fim às arbitrariedades

O diretor Valter Nogueira Alves informa que, segundo o artigo 24 do projeto de resolução, “a Seção Judiciária do Rio de Janeiro fará concurso anual de remoção com regulamento próprio, com o objetivo de corrigir desequilíbrio no número de servidores entre suas diversas seções”. É que deverá haver um quadro permanente de vagas, publicizado e acessível via intranet para facilitar a relocação voluntária de servidores.

*Da Redação

Trabalhadores se mobilizam pela carreira e redução da jornada

Max Leone
Henri Figueiredo*

A direção do Sisejufe e os servidores do Judiciário Federal do Rio mostraram que estão dispostos a recomeçar a luta pela nova tabela salarial e pelo Plano de Carreira. Seguindo orientação da Fenajufe, o sindicato realizou manifestações em vários locais de trabalho no Rio no Dia Nacional de Luta, na sexta-feira, 14 de agosto – cuja a luta central foi pela redução da jornada de trabalho. Os protestos ocorreram em frente à sede do Tribunal Regional Federal (TRF), na rua do Acre; na porta da Justiça Federal, na avenida Venezuela; no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da rua do Lavradio; e no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), da avenida Presidente Wilson. Com os objetivos de mobilizar e transmitir informações aos servidores, representantes de base e dirigentes sindicais colocaram faixas, distribuíram adesivos e boletins informativos e estiveram à disposição para esclarecer as dúvidas sobre as demandas da categoria.



Foto: Max Leone

Justiça Federal: o diretor João Cunha no ato na avenida Venezuela

“A mobilização dos servidores do Judiciário em todo o país é determinante. Precisamos estar unidos para mais essa luta e pressionar para que o projeto com o reajuste entre no orçamento da União do ano que vem. Vale lembrar que este ano não tivemos reajuste e sem mobilização não haverá em 2010. A pressão também será para incluir o Plano de Carreira”, disse o diretor do Sisejufe Valter Nogueira Alves, em discurso na entrada do TRF. A também direto-

ra do Sisejufe Mariana Liria e o representante de base Ronaldo das Virgens se reuniram com servidores para dar informações sobre o Plano de Carreira. Mariana aproveitou a ocasião para explicar como foi o encontro com o presidente do TRF, desembargador federal Paulo Espírito Santo, no dia 22 de julho, quando os dirigentes sindicais apresentaram várias reivindicações da categoria (o jornal *Contraponto* nº 20, de agosto, deu detalhes do encontro).

Em frente ao TRE, o diretor sindical Moisés Santos Leite falou para 17 servidores reunidos na avenida Presidente Wilson. Segundo Moisés, é necessário que a categoria não perca de vista a necessidade da mobilização. “Sem isso não poderemos garantir que haja reajuste salarial e Plano de Carreira. É preciso que estejamos atentos e presentes nas atividades propostas pelo sindicato e pela Fenajufe”, disse Moisés.

A manifestação na Justiça Federal da avenida Venezuela foi comandada pelos diretores sindicais João Souza da Cunha e Dulavim de Oliveira Lima Júnior, que a todo momento convocavam os servidores a participarem do protesto. Segundo Cunha, o momento é de reflexão e mobilização para que a categoria acumule forças. “Neste momento iremos discutir as tabelas, mas não quer dizer que abriremos mão da luta pelo Plano de Carreira e da jornada de 6 horas”, advertiu Cunha.



Moisés: é preciso mobilização



Fotos: Henri Figueiredo

Av. Presidente Wilson: servidores do TRE desceram para participar do ato do dia 14 de agosto



Concentração: manifestantes reunidos na Candelária

Dulavim, por sua vez, destacou que é preciso que a categoria fique muito atenta para o perigo de os servidores perderem direitos conquistados no PCS2 em caráter geral e no PCS3 em relação aos agentes de seguradoras e oficiais de justiça. “No PCS2, gratificações, como a APJ, foram absorvidas pelo vencimento e ficamos com uma única gratificação de carreira – a GAJ. Já no PCS3, foram incluídas a GAE e GAS”, explicou. Com as propostas atuais dos diretores gerais e da Comissão Interdisciplinar, estas conquistas ficam ameaçadas por gratificações como a de Desempenho (GD) e a de Representação (GR) que poderão causar perdas, por um lado e, por outro, o crescimento do assédio moral. E certamente essas propostas levarão ao fim da paridade entre ativos e aposentados – consagrada na Lei 11.416. “Os servidores precisam participar intensamente das atividades convocadas pelo Sisejufe. E quem tiver propostas que as enviem para o sindicato”, concluiu Dulavim.



Dulavim: risco de perder direitos

Passeata na Rio Branco e ato em frente à Petrobras

Os trabalhadores do Rio de Janeiro deram um exemplo de força, união e mobilização na sexta-feira, 14 de agosto. Representantes de várias centrais sindicais, entre elas da Central Única dos Trabalhadores (CUT), participaram da manifestação nacional que reuniu a população em geral contra as demissões, por melhores empregos e salários, pela manutenção e ampliação de direitos e a redução da jornada de trabalho. O protesto começou por volta das 10h, com a concentração na Candelária, e



Prioridade: Igayara (à esquerda) e Ponciano defendem a redução da jornada

seguiu com uma passeata pela avenida Rio Branco até chegar à passarela entre a Petrobras e o BNDES, no Centro da cidade.

O presidente da CUT-RJ, Darby Igayara, destacou a importância do ato com a participação das diversas centrais sindicais. “Os trabalhadores do Rio deram uma grande demonstração de força com esse ato unificado”, afirmou. O Sisejufe foi representado pelo diretor Roberto Ponciano, que também é diretor de Formação da CUT-RJ.

Em seu discurso, Ponciano ressaltou a importância da luta pela redução da jornada de trabalho: “A luta pela redução da jornada de trabalho é prioritária para os trabalhadores brasileiros. Temos que ajustá-la ao modelo atual de trabalho, que implementou novas tecnologias. Vale lembrar que há mais de 20 anos não se reduz a jornada, apesar de nesse período ter ocorrido um grande avanço tecnológico”.

*Da Redação



TRF: Valter, Ronaldo e Mariana focaram o Plano de Carreira

Em Brasília, ato incluiu defesa da Conferência Nacional de Comunicação

A campanha pela realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação foi uma das bandeiras de luta do ato unificado, em Brasília. Segundo a coordenadora de comunicação da Fenajufe, Sheila Tinoco, além das manifestações contra demissões e melhores salários, os trabalhadores também se mobilizaram

em defesa dos investimentos em políticas sociais, em defesa do monopólio dos Correios e pela Conferência Nacional de Comunicação democrática e popular.

“A luta pela democratização da comunicação precisa estar também nas pautas dos trabalhadores e militantes sociais. Consi-

deramos fundamental o engajamento de todos nesse processo de construção da Conferência de Comunicação, para que o resultado final atenda, de fato, aos interesses dos setores populares e rompa com a forma de fazer comunicação hoje no Brasil imposta pelos empresários da grande mídia”, afirma Sheila. Um bom

exemplo da necessidade de se democratizar os meios de comunicação é o fato de que, apesar de milhares de pessoas terem se mobilizado em todo país no Dia Nacional de Luta, apenas poucas linhas foram publicadas a respeito nos maiores jornais e poucos segundos nos maiores telejornais do Brasil.

Ampliada decide por reajuste com carreira

Henri Figueiredo*

Foto: Valcir Araújo/Fenajufe

Por 82 votos contra 49, categoria do Judiciário Federal rejeitou a intransigência nas negociações, decidiu manter a luta pelo reajuste de salário e a continuidade do debate sobre o Plano de Carreira. A decisão se deu na Reunião Ampliada da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), em 15 e 16 de agosto, no Hotel Nacional, em Brasília.

Durante dois dias, 170 delegados de todo Brasil debateram o Plano de Carreira e o Plano de Lutas que a Fenajufe deve levar à frente nos próximos meses. Dada a urgência da matéria, a categoria decidiu estabelecer uma estratégia para conseguir o Plano de Carreira (que é um debate demorado) com a garantia imediata da luta pelo reajuste salarial. Dada a urgência do envio do orçamento para o Congresso Nacional (31 de agosto), a proximidade do ano eleitoral e com o impasse nas negociações, a categoria decidiu elaborar a seguinte estratégia: garantir o aumento salarial com prioridade para o reajuste do vencimento básico e com pontos prioritários que devem ser elencados – sem aceitar retrocesso na carreira, ou seja, rejeitando a Gratificação de Desempenho (GD) proposta pelos diretores gerais dos tribunais superiores.

De outro lado, havia a proposta do Coletivo Luta Fenajufe que defendia não ser possível negociar outra estratégia que não fosse rejeitar a proposta de aumento e garantir a carreira de qualquer forma – mesmo ao custo do não envio da proposta este ano. Num debate acalorado e, em alguns momentos, exacerbado, a estratégia alternativa foi

vencedora por indiscutível maioria: 82 a 49 delegados sindicais de todo Brasil. Desta maneira, a Fenajufe vai enviar o projeto ao Congresso com garantias mínimas e, por meio do Conse-



Vera Lúcia e João Cunha: em defesa do reajuste sem abrir mão da Carreira

lho Gestor do Plano de Carreira, dar continuidade à esta importante discussão. Os delegados e delegadas do Sisejufe ressaltam que as propostas tiradas nas assembleias do Rio de Janeiro, do

Rio Grande do Sul e por parcela da categoria da Bahia foram aprovadas na íntegra e são basicamente a estratégia que será levada para a negociação. Portanto, ainda que a delegação do Rio tenha sido pequena – com seis delegados e dois observadores –, a sua participação foi qualificada e fundamental nas negociações do projeto.

Resoluções da Reunião Ampliada da Fenajufe de 15 e 16 de agosto de 2009

– Garantir a revisão salarial e a continuidade do debate sobre a carreira.

– Rechaçar a proposta dos diretores gerais, em especial a Gratificação de Desempenho (GD), pois vincula avaliação ao salário e quebra a paridade entre ativos e aposentados.

– Defesa da paridade.

– Diminuir a diferença salarial atual entre os cargos (auxiliares, técnicos e analistas), tendo como parâmetro a tabela da Fenajufe.

– Priorizar o incremento do vencimento básico em relação às gratificações.

– Manter o pagamento da GAS e da GAE, inclusive cumulativamente com a Gratificação de Representação (GR), se esta for criada.

– Questionar o aumento dos CJs.

– Defender a composição paritária do Conselho Consultivo, explicitar atribuições que garantam o estudo e a elabora-

ção de propostas para qualificar a carreira e garantir na lei prazo para sua implantação.

– Reenquadramento dos auxiliares judiciários.–

– Criação dos cargos de Oficial de Justiça, Agente de Segurança e Inspetor de Segurança.

– Rejeitar qualquer proposta que tragam perda de direitos.

– Convocação de nova Reunião Ampliada da Fenajufe, imediatamente após novo posicionamento dos tribunais sobre o projeto, bem como envio imediato do mesmo ao Congresso Nacional.

– Independentemente do encaminhamento de projeto salarial, que os sindicatos divulguem e aprofundem o debate na base sobre a proposta de carreira da Fenajufe e que, no Congresso Nacional da Fenajufe, em Fortaleza (2010), atualizemos o debate e a proposta de Plano de Carreira, e que sejam definidos os encaminhamentos necessários.

Paridade – A resolução aprovada rejeita a proposta dos diretores gerais dos tribunais superiores, especialmente a Gratificação de Desempenho, defende a paridade entre os servidores ativos e aposentados e reivindica a diminuição da diferença salarial entre os cargos de auxiliares, técnicos e analistas judiciários com base na tabela de vencimentos contida na proposta do GT de Carreira da Fenajufe, aprovada na XV Plenária Nacional, em Manaus. Ao aprovarem essa resolução, a Fenajufe e os sindicatos de base terão que lutar, ainda, pela manutenção da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS) e da Gratificação de Atividade Externa (GAE), mesmo se a Gratificação de Representatividade (GR) for aprovada.

*Da Redação, com informações de Leonor Costa – Fenajufe.

Sisejufe faz “raio X” da categoria

Fotos: Henri Figueiredo

Henri Figueiredo*

Entre os dias 8 e 29 de junho, a Interlig Propaganda – agência especializada em movimentos sindicais e sociais, com sede em Porto Alegre, realizou a maior pesquisa já realizada na categoria dos servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro. O direção do Sisejufe decidiu contratar a agência para traçar um perfil confiável das características, críticas e expectativas dos servidores em relação ao seu trabalho e em relação à ação sindical. Com isso, o sindicato espera melhor adequar o trabalho de representação política da categoria aos verdadeiros anseios dos sindicalizados e ampliar o volume de filiados para que a luta da classe seja fortalecida. “Pela primeira vez, em 20 anos, a direção tenta entender a categoria. Isto é fundamental e vai na contramão dos setores sectários que tentam impor, com o discurso que eu apelidei de “chão de fábrica”, a sua ideologia contra os desejos e as aspirações de cada um”, diz o diretor Roberto Ponciano.

A Interlig, dos sócios Henrique Pereira e Rosane Pereira, fez uma pesquisa quantitativa de cunho exploratório, tendo como técnica de coleta o uso de questionários com questões fechadas e abertas. O questionário foi construído de forma a atender as diferentes especificidades dos servidores (sindicalizados, não-sindicalizados, ativos e aposenta-

dos). A pesquisa teve a coordenação de Rosane Pereira e da cientista social Juliana Zirger – que comandaram um grupo de 8 entrevistadores no Rio de Janeiro. Após colher informações técnicas junto ao sindicato, a opção da agência foi por uma amostragem não-aleatória, por cotas – estratificada por sexo, idade e local de trabalho –, com vistas a obter uma estimativa ou orientação das tendências dos profissionais dessas áreas, de tal forma que estivesse o mais próxima possível do universo pesquisado. As entrevistas aos servidores ativos foram realizadas face à face entre os dias 8 e 19 de junho, enquanto que as entrevistas aos servidores aposentados foram realizadas por telefone entre os dias 24 e 29 de junho. Segundo Juliana Zirger, a margem de erro é de 5%.

“Temos desafios importantes colocados pela pesquisa, por exemplo, desafio de gênero – 55% da força de trabalho do Judiciário Federal no Rio é composta por mulheres. Na direção do sindicato, temos apenas quatro dirigentes mulheres. Não é um problema da chapa, na última eleição o percentual da concorrente era parecido. Será que é a nossa pauta que afasta as mulheres ou o fato de a maioria cumprir duplas ou triplas jornadas: trabalho-casa-estudo. De outro lado, a pesquisa confirma suspeitas antigas – que a categoria é originada na classe média alta e a maioria ingressa no Judiciário



Juliana Zirger e Rosane Pereira: coordenadoras da pesquisa

saída da faculdade. Isso explica determinados posicionamentos e visão de mundo. E também a dificuldade do sindicato em atrair servidores mais jovens”, avalia Roberto Ponciano.

Para a bibliotecária do Centro Cultural Justiça Federal Cristina Paiva, diretora do Sisejufe, o percentual de 3,3% de negros apontado na pesquisa não corresponde à realidade. “Sabemos que há uma grande resistência dos negros de pele clara em se assumirem como tais. Talvez isso explique a grande incidência de servidores que se definem como “pardos” na pesquisa. Esse é um dado que deve nortear o trabalho do Núcleo de Gênero e Raça do sindicato no desenvolvimento de estratégias de valorização do negro dentro dos tribunais”, diz Cristina.

A apresentação do relatório da pesquisa foi feita na noite de 21 de julho pelo proprietário da Interlig, Henrique Pereira. Segundo ele, o relatório foi dividido em quatro grandes blocos: perfil demográfico dos entrevistados; perfil profissional dos entrevistados; relação dos entrevistados com o Sisejufe; participação política dos entrevistados. Ainda foi desenvolvida uma segunda etapa da pesquisa em que grupos de servidores selecionados (entre aqueles que não têm nenhuma relação próxima com o sindicato) discutiram, em grupos focais, o modo como percebem a atuação da entidade. Nas próximas edições de Ideias em Revista e do jornal Contraponto continuaremos divulgando dados da pesquisa – como os que você vai ver nas páginas seguintes.

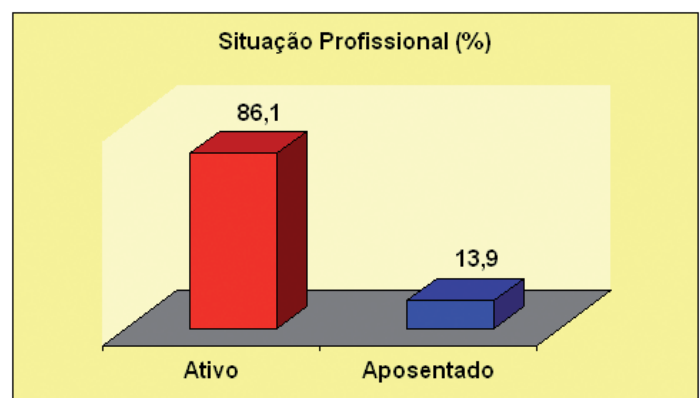
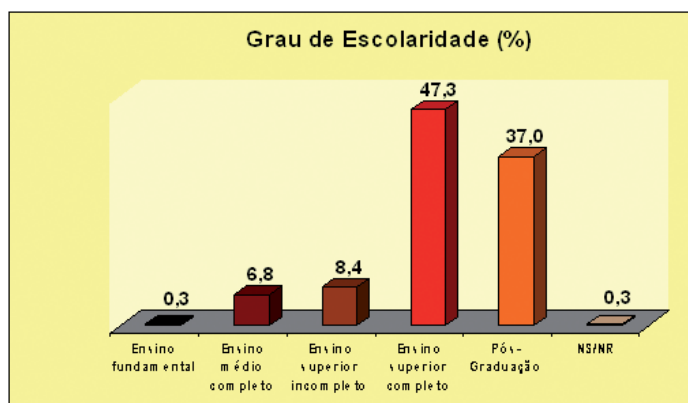
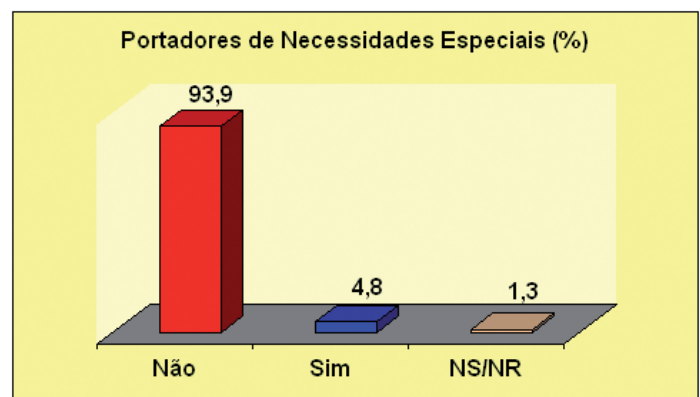
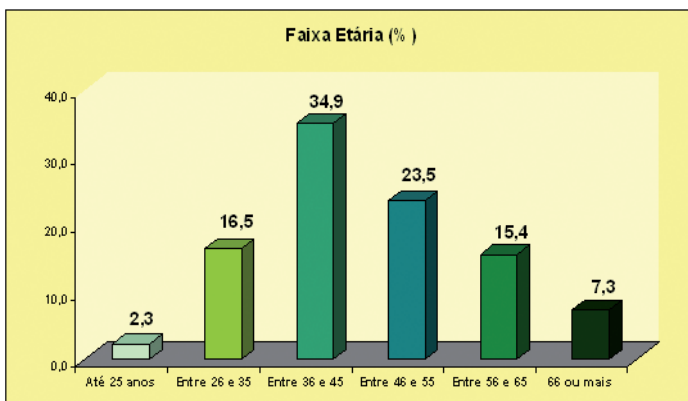
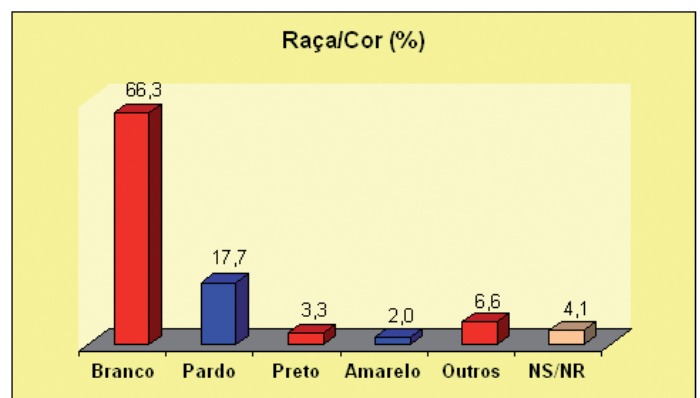
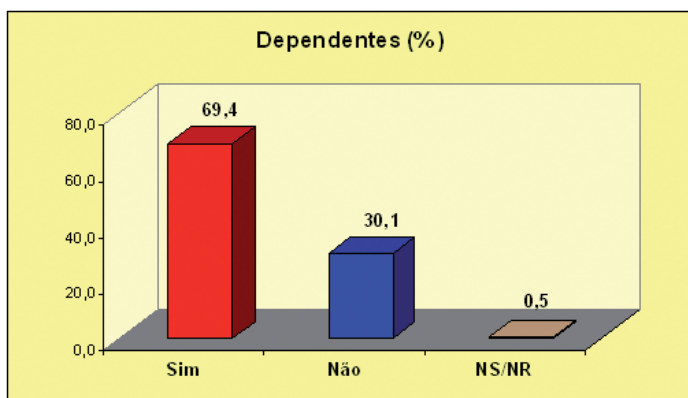
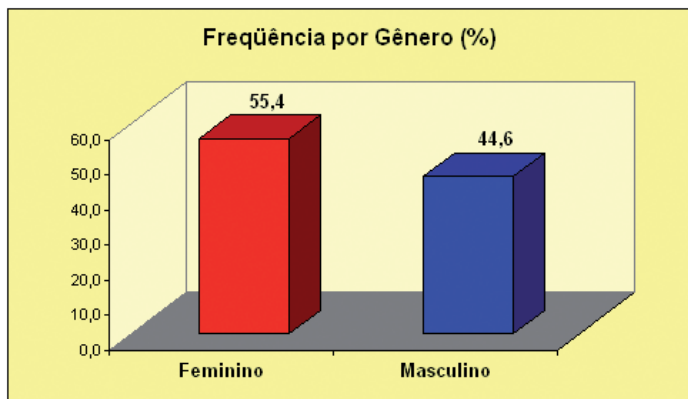
*Da Redação.



Apresentação: Henrique Pereira, de branco, mostra o resultado da pesquisa aos diretores do Sisejufe, em 21 de julho

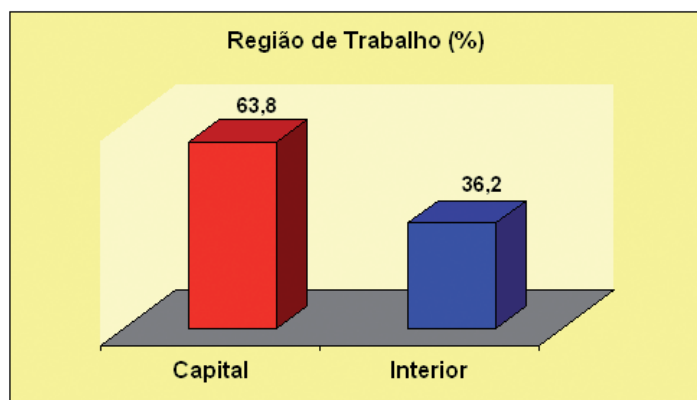
Bloco 1 – Perfil Demográfico

84% dos servidores têm pelo menos um curso superior completo. De acordo com a pesquisa, 92% já frequentaram a faculdade. A pesquisa revelou que 48% dos que tem formação superior têm curso em Direito.



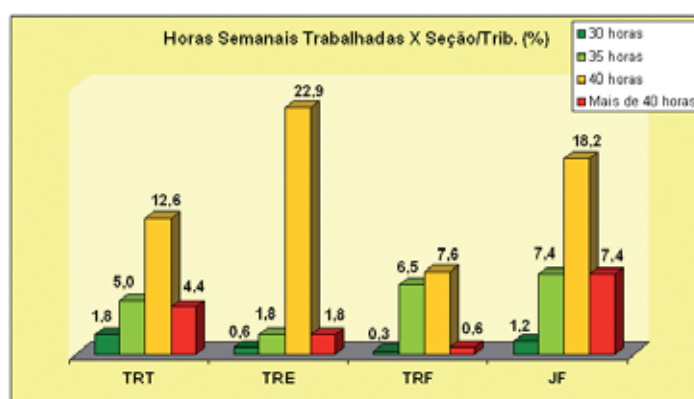
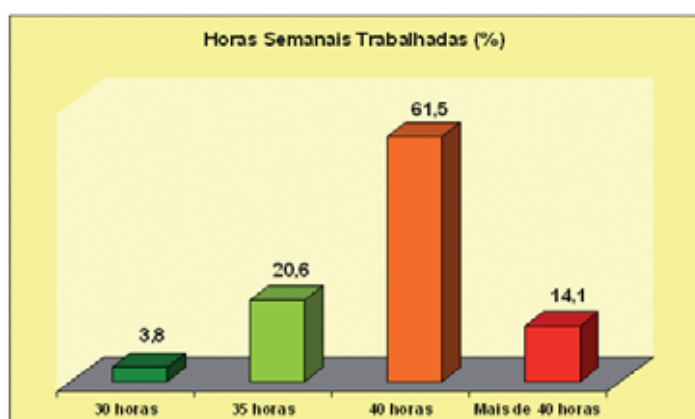
É importante ficar registrado que a amostra de aposentados entrevistados ficou restrita a servidores sindicalizados, visto que não havia informações que proporcionassem o contato telefônico com os servidores aposentados não-sindicalizados.

Bloco 2 – Perfil Profissional

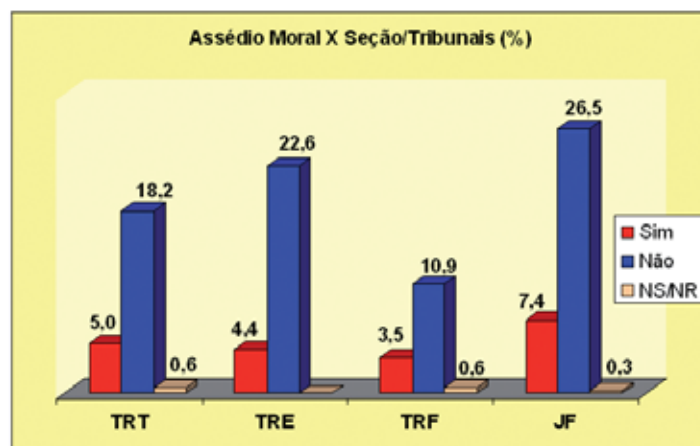
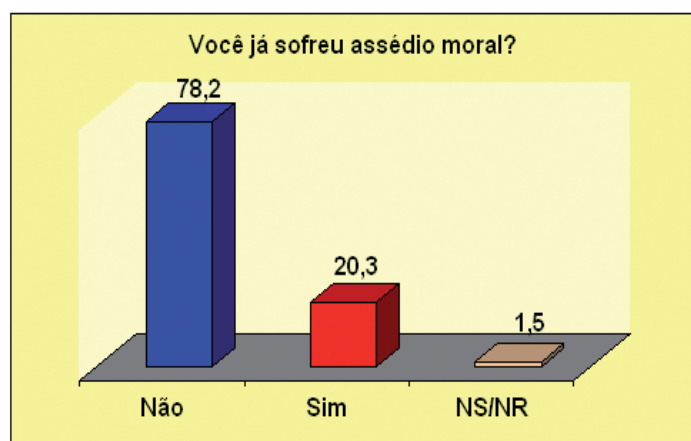
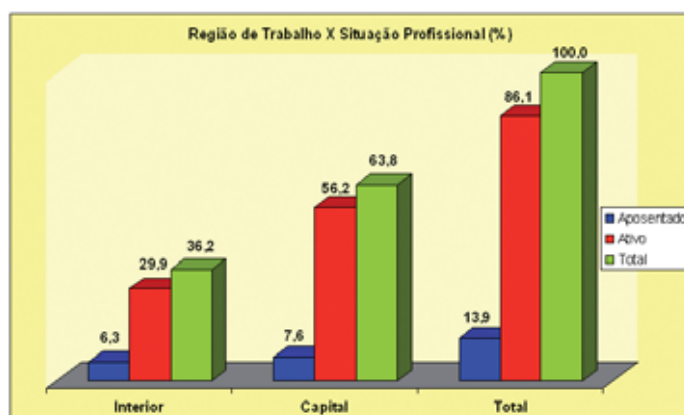


Tempo de Judiciário

menos de 1 ano	– 4%
entre 1 e 3 anos	– 12%
entre 4 e 7 anos	– 13%
entre 8 e 15 anos	– 47%
entre 16 e 20 anos	– 18%
mais de 20 anos	– 6%

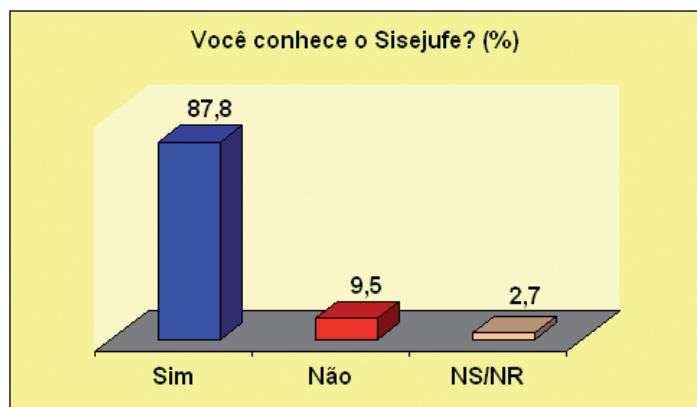


Assédio moral é uma forma perversa de violência no ambiente de trabalho. A pesquisa aponta que 20,3% dos servidores admitem ter sofrido esse tipo de violência. Por fatos assim, o sindicato criou o Departamento de Saúde. Denuncie.

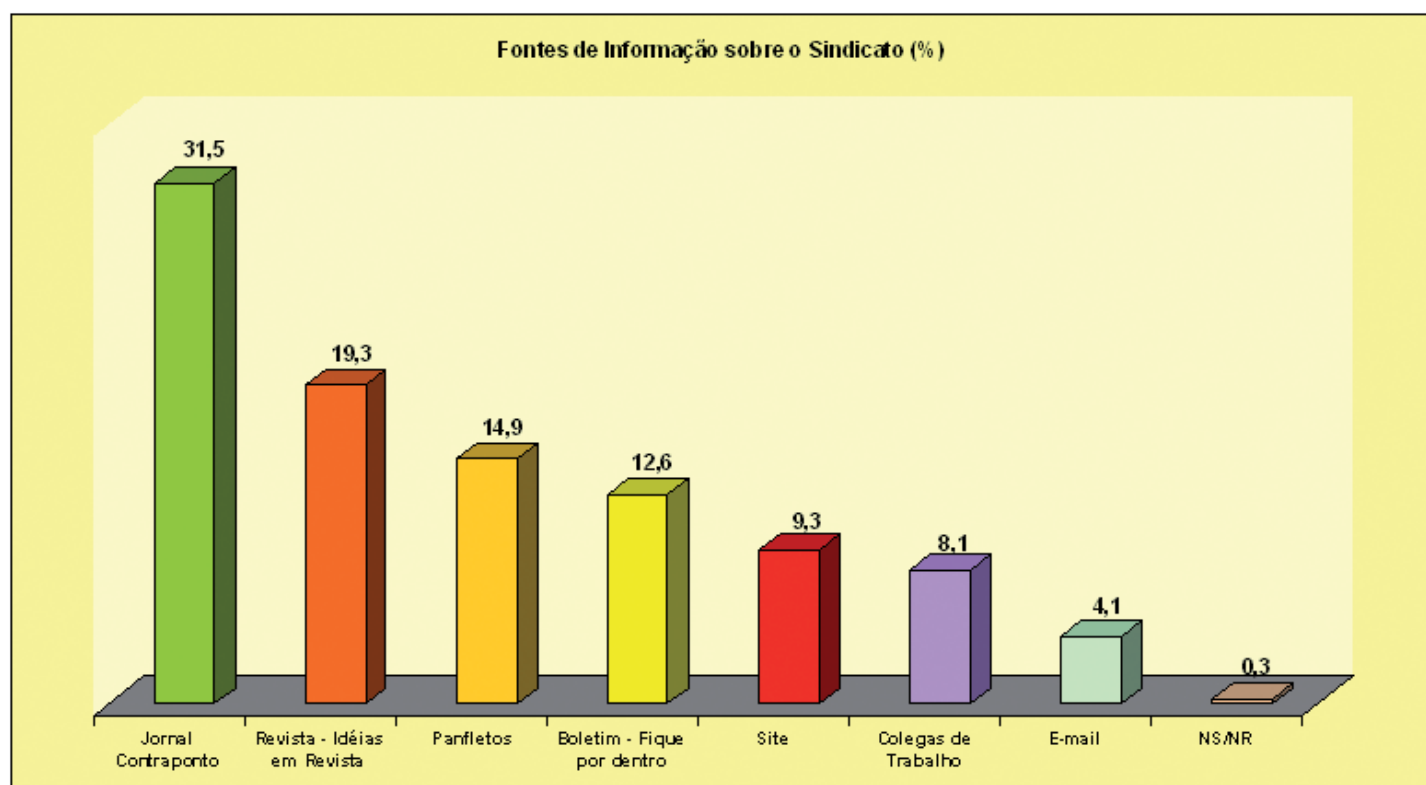
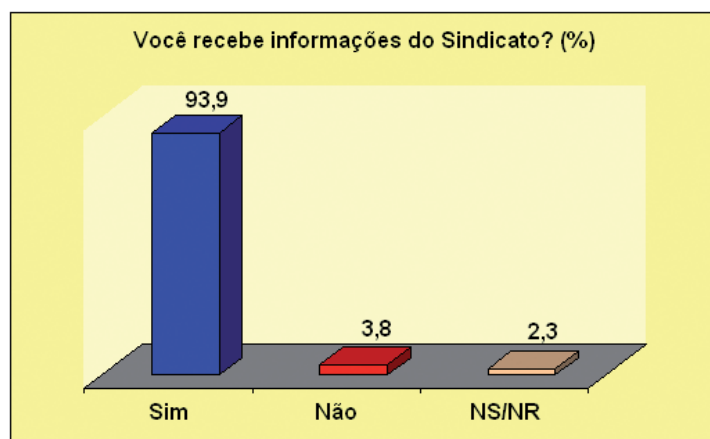
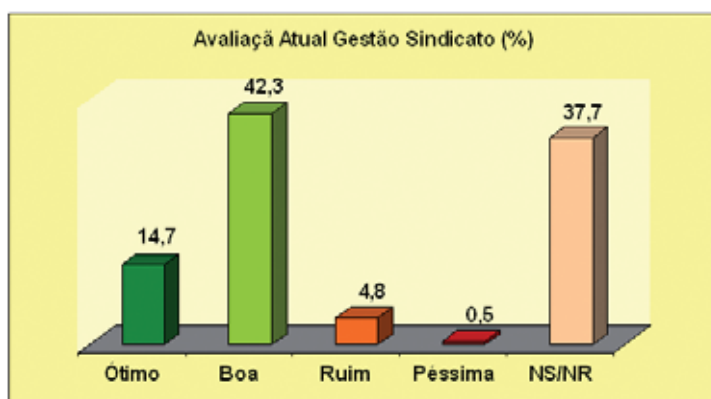


Cabe ressaltar também que devido ao reduzido número de trabalhadores da Justiça Militar, tais profissionais não apresentaram representatividade estatística, não compoendo, portanto, a amostra calculada.

Bloco 3 – Relação com o Sisejufe

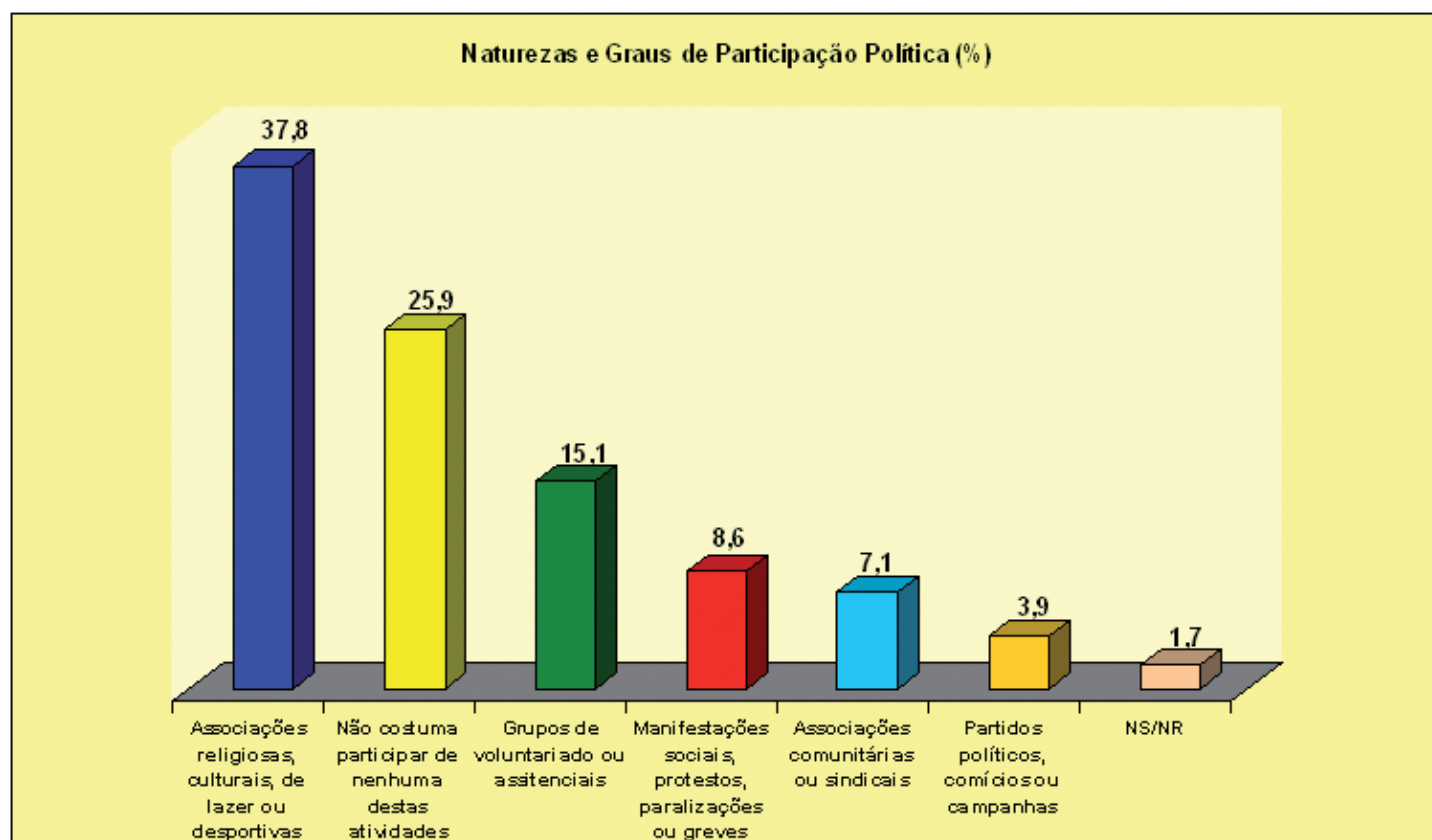
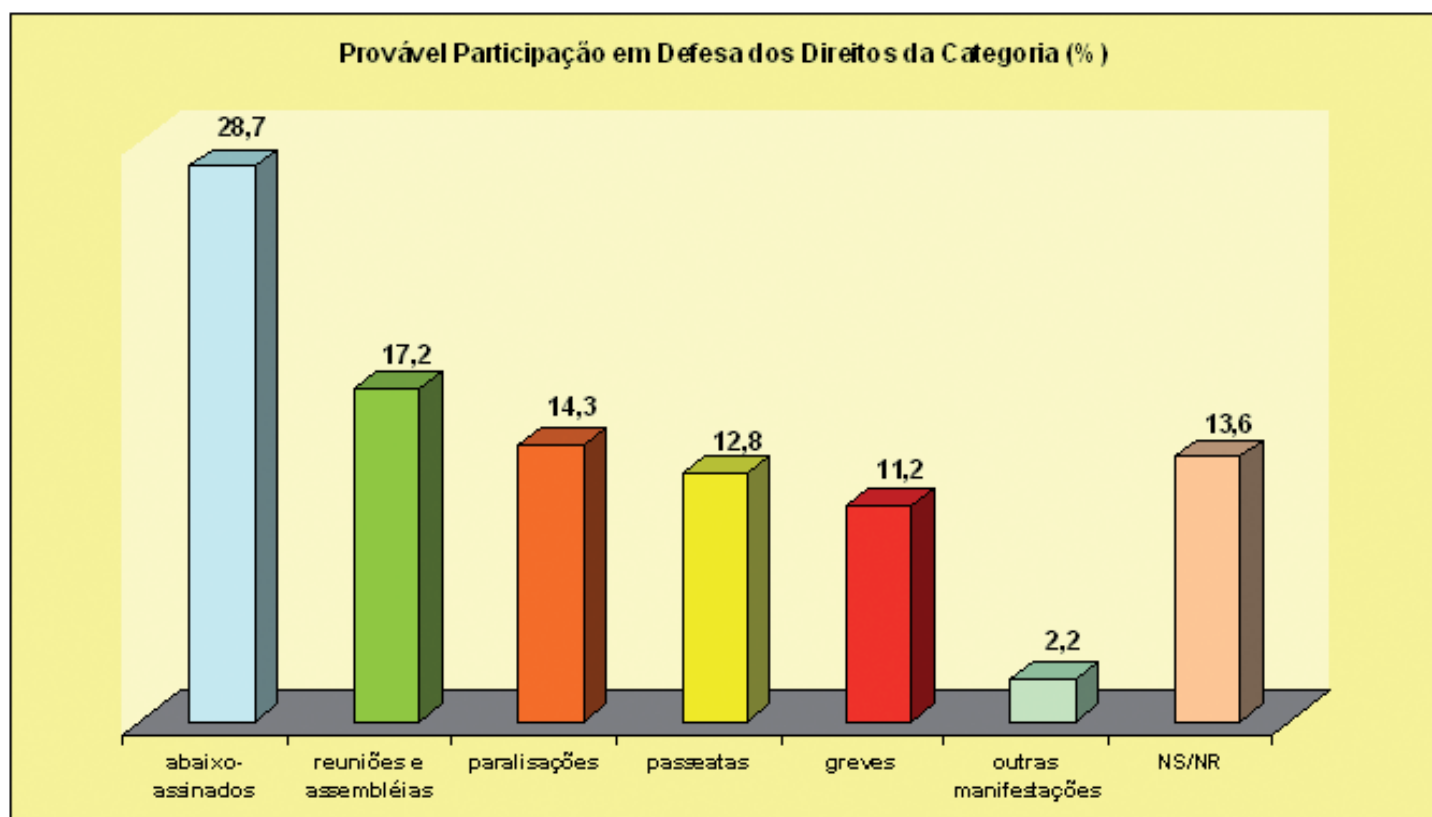


Em muitos locais de trabalho do Judiciário Federal, o servidor não tem acesso à Internet. Ainda assim, o Sisejufe vai lançar o seu novo portal e desenvolver o Boletim Informativo Eletrônico. Participe, escreva, opine. Sua opinião é importante para nós.



Bloco 4 – Participação Política

Nestes 20 anos, a categoria já lutou pelos PCS 1, 2 e 3. Hoje, está na luta pelo Plano de Carreira e reajuste salarial. Para além de abaixo-assinados, será necessária muito mobilização para garantir esta nova conquista. Junte-se à luta.



Existirmos. A que será que se destina?

Fotos: Internet

Henri Figueiredo*

O ano de 1989 trazia os ventos da Constituição Cidadã, promulgada no mês de outubro anterior, mas começou com a morte de 55 pessoas na tragédia carioca do Bateau Mouche – em 20 anos, apenas uma família foi parcialmente indenizada e o processo ficou parado 10 anos.



A moeda até o dia 15 de janeiro de 1989 foi o Cruzado, depois o Cruzado Novo. Naquele mesmo janeiro George Bush pai assumia o governo dos Estados Unidos, substituindo Ronald Reagan, de quem fora vice em dois mandatos. A União Soviética, nos estertores, se retirava do Afeganistão abrindo as portas para os radicais fundamentalistas do Talibã, então financiados por Washington. Em maio, a Argentina elegia Carlos Menem – aquele das



longas costeletas e das “relações carnis” com os Estados Unidos.

Em junho, o mundo se espantou com a coragem do jovem chinês que enfrentou uma coluna de tanques na Praça da

Paz Celestial (Tian’anmen), em Pequim. Eram mais de 100 mil manifestantes. Foi um massacre. Em agosto, a nave robótica da Nasa Voyager tornou-se o quarto artefato humano a ultrapassar a órbita de Plutão. Em setembro, o voo 254 da Varig caiu próximo a São José do Xingu, na Amazônia, matando 12 dos 48 passageiros. Em 17 de outubro, a cidade americana de São Francisco é devastada por um terremoto de 7,1 pontos na escala Richter.

Em 9 de novembro, após 28 anos de existência, cai o Muro de Berlim – símbolo da divisão do mundo na Guerra Fria. Os arautos do capitalismo começam a gestar a teoria do “fim da história”. Nesse mesmo novembro, a Igreja



Universal do Reino de Deus, com dinheiro dos fiéis,

compra a Rede Record. Também em novembro, o físico inglês Tim Berners-Lee cria a World Wide Web, sistema de documentos interligados em rede – funda-

mental para a conexão pela Internet. Na TV americana estreia uma animação em que os personagens são amarelos e tipicamente estadunidenses: os Simpsons.

Em 17 de dezembro, depois de a Rede Globo manipular o último debate entre Collor e Lula, o “caçador de marajás” é eleito com 49% dos votos contra 44% do “sapo barbudo”.

Um mês antes, em 15 de novembro, 22 candidatos disputaram o primeiro turno da primeira eleição direta para presidente depois da ditadura civil-militar. A 23ª candidatura, de Silvano Santos, foi impugnada pelo TSE por irregularidades em seu registro no Partido Municipalista Brasileiro (PMB).



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA CRIAÇÃO DO SINDICATO DOS SERVIDORES DAS JUSTIÇAS FEDERAIS, CONGREGANDO A JUSTIÇA ELEITORAL, JUSTIÇA MILITAR, JUSTIÇA DO TRABALHO - 1ª REGIÃO E JUSTIÇA FEDERAL

AOS seis dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e oito, no Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro, situado na Av. Rio Branco nº 277, 17º andar, nesta capital, reunidos os servidores das Justiças Federais, em 1ª convocação às 18 horas, pelos presentes e por aclamação foi nomeada a Mesa Diretora dos Trabalhos, assim constituída: Presidente – Almir Braga Silva, Presidente da Associação dos Servidores da Justiça do



Foto: acervo Sisejufe

Fundação: 31 de agosto de 1989, na sede, do Sindicato dos Engenheiros. À esquerda na mesa, de bigode, o diretor Og e o servidor Moisés, de branco. O ator Francisco Milani é o segundo da direita para a esquerda.

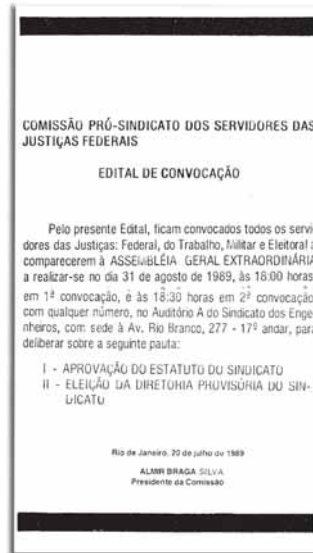
É criado o Sisejufe

Vamos voltar uns meses na história. Em 20 de julho de 1989, o servidor do Judiciário Federal Almir Braga Silva assinava o Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária que criou o Sisejufe. O sindicato foi criado na noite de uma quinta-feira, 31 de agosto de 1989, no auditório A do Sindicato dos Engenheiros, na avenida Rio Branco nº 277 – 17º andar. Na pauta constava a aprovação do estatuto e a eleição da diretoria provisória.

Não é preciso dizer que, de lá pra cá, muita coisa mudou pra melhor na vida do servidor público do Judiciário e na organização sindical. O Sisejufe é, por exemplo, uma das poucas entidades sindicais do Judiciário que conseguiu a Certidão do Ministério do Trabalho e Emprego. A inscrição é fruto de um trabalho de administração que quitou débitos, regularizou o CNPJ

e registrou livros contábeis. Hoje, a entidade não pode ter contestada sua legitimidade como substituto processual dos servidores do Judiciário do Rio em ações na Justiça. Pela Constituição de 1988, o Sisejufe é a única entidade que legalmente pode representar os servidores porque está prevista a unicidade sindical, ou seja, um único sindicato por território e categoria.

A maior conquista dos últimos anos foi a dignidade salarial do servidor – a partir da luta do Plano de Cargos e Salário 2, de 2001. Em 2003, a categoria conquistou a GAJ de 30%. Em 2006, a briga foi pelo PCS3. Em 1997, o salário inicial de um técnico judiciário equivalia a dois salários mínimos, hoje equivale a aproximadamente nove salários mínimos. A luta da categoria levou à recomposição da tabela



CERTIDÃO

O SECRETÁRIO DE RELAÇÕES DO TRABALHO, no uso de suas atribuições, CERTIFICA, para fins de direito que consta no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais – CNES, o registro sindical:



salarial, valorizando a remuneração em detrimento das funções comissionadas. O sindicato avançou na luta contra o assédio moral e teve vitórias em vários casos concretos. Além de tudo, o Sisejufe é o sindicato pioneiro na luta pela redução da jornada de trabalho para 6 horas diárias e 30 horas semanais. O Sisejufe, nestes seus 20 anos, vive de-

safios importantes para a categoria e para a cidadania: a redução da jornada, a luta pelo Plano de Carreira, a manutenção de direitos trabalhistas e a defesa de um projeto de país mais justo e igualitário. Uma existência destinada à luta e à conquista, com a energia e a alegria que caracteriza o Rio de Janeiro.

*Da Redação

1989 na ótica de um jovem universitário

Max Leone*

Agosto de 1989. Alguns meses antes, influenciado pelos ares da campanha presidencial que começava para eleger o primeiro presidente da República depois da ditadura militar, e sedimentando meus ideais comunistas, aos 20 anos de idade me filiei ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em seguida, caí dentro da campanha da chapa Roberto Freire/Sérgio Arouca. Nessa época, ainda no quarto período da Faculdade de Comunicação Social – quando ainda era exigido diploma para ser jornalista – era difícil

disputar espaço no campus da Universidade Gama Filho (UGF) com os companheiros engajados na campanha da Frente Brasil Popular (PT, PSB e PC do B), que animadamente defendiam a candidatura do operário Lula, com os indiferentes ao movimento que tomava conta do país e com quem te olhava de cara feia, tipo lá vem esse chato com broche com a foice e o martelo... Muitos me viam como um ET. A explicação: não entendiam como um jovem de 20 anos podia militar com os “pelegos do Partidão” e não unir forças à galera do PT, que ainda mantinha em seus quadros o povo da Convergência Socialista

(CS), uma de suas muitas tendências políticas que conviviam sob a mesma sigla partidária. Bem, na época eu acreditava no ideário marxista-leninista e que o lugar de comunistas era militando no Partidão.

A disputa com a classe média e os mais abastados era excitante, principalmente quando havia possibilidade de discutir política com os vizinhos que viam no candidato Fernando Collor, do insignificante Partido da Reconstrução Nacional (PRN), o então caçador de marajás – antes de ser o caçador de poupanças – a solução dos problemas do país, contra

perigoso “sapo barbudo”. Nessa época, o legal era bater boca, lógico que com fundamentos ideológicos e políticos, com quem me contestava. Não importava se o sujeito era de direita, de centro ou de esquerda. O negócio era ganhar a discussão. Valia até mesmo ser no grito!

Os últimos 20 anos marcaram muito minha vida e acredito que a de muitos brasileiros. E tenho plena convicção que muita coisa mudou para os servidores do Judiciário Federal do Rio com a fundação do Sisejufe.

*Da Redação.

O papel adequado

Marlene de Lima*

"Leo, sempre seremos amigas, não é?"

"Claro, Carol. É apenas um papel."

"Isso mesmo. Se você for a escolhida, tudo bem."

Leoni passou o braço pelos ombros da outra.

"Passamos muitos perengues juntas. Se lembra daquela vez que iam dar pra aquela mocreia de São Paulo o papel de irmã de Lucíola e eu arranjei pra você?"

"Essa fiquei lhe devendo."

Carolina Santoro e Leoni Barreto se conheceram na Escola Martins Pena, isso em mil novecentos e... deixemos as datas de lado. Principalmente quando se trata de duas aspirantes a viver Capitu na minissérie Dom Casmurro.

Ambas de Governador Valadares, conseguiram, depois de muito suor, penetrar no meio televisivo do Rio de Janeiro. As carreiras seguiam paralelas: quando uma era a heroína de época, às seis, a outra fazia a noiva do galã, no folhetim das oito.

As ondas de fofocas invadiam corredores e barezinhos. Línguas maldosas as ancoravam na cama de certos figuras.

O papel de Bentinho já estava confirmado: tratava-se de Eriberto Jarandy, frisson da mulherada, apesar de comentários negativos de alguns invejosos quanto à sua virilidade.

Frente ao espelho disfarçando as olheiras, Leoni propôs que Carolina fosse pri-



meiro à sala do diretor Clóvis Madeira. Depois iriam comemorar, não importava o resultado.

Leo torcia por si mesma: "Eu mereço esta chance, minha Santa Clara. Sempre fui uma lutadora."

Pelo corredor, Carol sacudia os cachos louros e ajeitava o corpo no tubinho preto.

"A Leo é bonitinha. Pena as olheiras empapuçadas. Mas ela é legal. Quando eu ganhar o papel, vai até me ajudar a compor a personagem."

"Oi, Carol, que pressa é essa?" — Era Pedro do Vale, o "Escobar" da minissérie.

"Nossa, você está inteiraça. Vai dar uma Fortunata ma-ra-vi-lho-sa."

"Fortunata? Quem é Fortunata?"

"Pensei que já sabia. É a

mãe de Capitu."

"Quem lhe disse isso?"

"O Madeira, agorinha. Mas quem está escrevendo os capítulos não é o Luiz Moura, teu amigo? Ele pode valorizar a personagem, aumentar o papel. Você vai roubar as cenas, menina. Uau!"

Sem o *pancake*, o rosto da atriz seria o de um cadáver.

"Ela ganhou o papel? Eu não acredito. Eu, mãe da Leoni? Só doido."

Pedro resvalava nas gafes.

"Calma. A Leo vai fazer Dona Glória, mãe de Bentinho. São coroas bem conservadas. Machado de Assis gostava das mulheres mais..."

Não conseguiu terminar. Um urro ecoou no corredor, assustando os passantes.

"E quem quer ser CONSERVADA, seu imbecil?"

A ex-quase-Capitu voltou para o vestiário, pisando forte de raiva e humilhação.

O causador do desastre ainda viu Carol e Leo se encontrarem e retornarem juntas, abraçadas.

No dia seguinte, ambas, de óculos escuros, compareceram para a reunião com o elenco.

Na cantina, deram de cara com Madeira. Ao seu lado, sorvendo um suco de canudinho, a mais recente ninfeta em alta na mídia — Vanessa Bertino —, catapultada da novela juvenil das cinco à superprodução das dez.

A própria Capitu.

*Servidora aposentada do TRT-RJ. Título original do conto: Protagonistas.

Equilíbrio e moderação

Max Leone*

Na correria cotidiana, quem nunca se deparou com o seguinte impasse: como devo proceder, na hora de fazer o meu prato e ter uma refeição saudável, diante do festival de comida de um restaurante a quilo? Especialistas em nutrição afirmam que a melhor maneira é manter o equilíbrio e a moderação na combinação de alimentos. Assim evitaremos exageros e ficaremos menos expostos a problemas hepáticos, gastrites, obesidade, diabetes, colesterol alto e outras doenças. De acordo com a nutricionista Mônica Weberszpil, de 44 anos, o ideal é procurar fazer uma combinação com os diversos grupos de alimentos. Ela indica que verduras, legumes e carnes magras devem estar sempre presente no cardápio e fazer parte dos hábitos alimentares.

“Um prato saudável tem sempre um carboidrato, que pode ser o arroz, a batata ou o macarrão, mas nunca todos eles juntos. Tem também uma proteína, que deve ser a carne magra, ou seja, o frango, o peixe e a carne sem gordura grelhados ou assados. As vitaminas são representadas pelos vegetais, os lipídeos, com o uso do azeite e, finalmente, as fibras, com as verduras. As palavras-chave são equilíbrio e moderação”, explica a especialista.

A coloração dos alimentos é muito importante. Segundo ela, as pessoas devem evitar fazer uma combinação monocromática, quando acaba predominando o amarelo, ou seja, os carboidratos que possuem muitas calorias.

Sobre ingerir líquidos durante as refeições, Mônica faz um alerta: durante o almoço ou jan-

ta não se deve beber nada. Ela recomenda que a ingestão seja feita 30 minutos antes ou meia hora depois de ter terminado de comer, para evitar o aumento do volume do estômago e também não atrapalhar o processo digestivo. As pessoas devem dar prioridade para beber água, diz, por não ter nenhuma caloria. “Bebidas alcoólicas e destiladas são muito calóricas. Para cada grama de carboidrato, você consome quatro calorias; cada grama de proteína, são quatro calorias também. Já para a gordura são nove calorias e o álcool, sete”, lembra.

“Não adiante colocar no mesmo prato, arroz, batata, macarrão, por exemplo. É preciso diversificar e optar por um dos representantes de cada grupo de alimentos”, recomenda, ressaltando que um docinho pode entrar na sobremesa, desde que com moderação também.

E como o profissional da área de nutrição pode ajudar? Segundo ela, auxiliando na reeducação alimentar das pessoas.



Foto: Henri Figueiredo

Mônica Weberszpil: orientação

Primeiro é preciso conhecer os hábitos alimentares do paciente e segundo, elaborar um cardápio com pequenas modificações que serão implementadas de modo gradativo, baseadas no cotidiano de quem procurou a orientação. Assim estará se prevenindo de possíveis doenças, como diabetes, insuficiência renal, desnutrição, obesidade, problemas hepáticos.

“Comer precisa ser prazero-

so. Do contrário, a pessoa não vai fazer a dieta. A nutrição deixou de ser apenas curativa. Ela pode ser preventiva. Mesmo quem não tem problema aparente deve fazer um acompanhamento para levar uma vida mais saudável”, defende a profissional. O consultório de Mônica é o novo conveniado do Sisejufe – agora os servidores sindicalizados interessados podem ter orientação nutricional. Associados do sindicato e seus dependentes diretos têm um grande desconto no preço da consulta. Dos R\$ 60 normais, os filiados da entidade pagarão apenas R\$ 40.

Outra dica da nutricionista, que atualmente faz pós-graduação em Nutrição Clínica e Pediatra na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), é evitar ficar muitas horas



sem ingerir algum tipo de alimento. Mônica diz que não se deve manter um intervalo grande entre as refeições e que o ideal é fazer de cinco a seis refeições diárias.

“Pela manhã cedo, um café com leite ou suco e um pão integral ou fruta. No meio da manhã, pode comer uma fruta ou tomar um iogurte com biscoito. Depois almoça normalmente. Em seguida, no meio da tarde, um pequeno lanche com suco ou vitamina. À noite, o jantar, só que em menor quantidade em relação ao almoço”, prescreve.

Alimentos pela cor

Amarelo: Cenoura, abóbora e manga. Bom para a pele, tecidos e cabelo.

Verde escuro: Brócolis e couve. Tem efeito anti-oxidante, combate os radicais livres provocados pelo estresse.

Vermelho: Beterraba. Evita formação de células cancerígenas.



O consultório da nutricionista fica na Rua Conde de Bonfim 370, sala 611, na Tijuca. O atendimento é feito de segunda à sexta-feira, das 8h às 18h. Agendamento pelo telefone (21) 3904.7123. Consultas para sindicalizados a apenas R\$ 40.

*Da Redação

Juiz distribuidor reclama do Sistema

Max Leone*



A diretoria do Sisejufe fez vários alertas à administração do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) quanto à ineficiência e aos problemas que a implantação do sistema SAPWeb provocaria. Não foi ouvida. No entanto, a situação no tribunal é crítica ao ponto de juízes do próprio TRT não aguentarem mais tanto transtorno. Entre confusão e lentidão no andamento das petições, os servidores são forçados a trabalhar mais, em feriados e, inclusive, durante o recesso do Judiciário, para compensar o atraso provocado por um sistema que custou milhões de reais aos cofres públicos. Um exemplo de que a paciência se esgotou é do juiz distribuidor Maurício Pizarro Drummond, da Divisão de Feitos de 1ª Instância, que, no ofício 401/2009, encaminhado à Presidência do TRT em 18 de maio deste ano, relata as dificuldades da Seção de Distribuição e do Protocolo Geral de 1ª Instância. De acordo com um levantamento apresentado pelo magistrado, na Distribuição estão represadas 3.038 petições iniciais, sem serem encaminhadas. Em quanto isso, no Protocolo, outras 22.922 petições de impulso estão por tramitar. Tudo devido à lentidão do SAPweb. O juiz Maurício Drummond informa, no ofício que tudo “se traduz numa defasagem de seis dias úteis entre o protocolo e o recebimento das varas”.

No ofício 401, o juiz afirma que “a situação se agrava a cada dia”. Ele explica que o problema de instabilidade ocorre desde o ano passado, quando o SAPWeb foi implantado. Drummond afirma que em várias ocasiões os servidores das duas seções trabalharam nos feriados e durante o recesso para cobrir as falhas do sistema a fim de diminuir a quantidade de petições em atraso, o que “sempre conseguiram com esforço e sacrifício”. O juiz relatou à Presidência do tribunal que cada pequeno período de normalidade é sucedido de grandes momentos de anormalidades e atrasos, que até hoje ainda não foram solucionados. “Não conseguimos trabalhar em condições ideais que nos permitam manter o nível alcançado

logo após colocarmos o serviço em dia”, informa em um trecho do ofício.

O diretor do Sisejufe Roberto Ponciano explica que uma cópia do documento foi enviada ao sindicato por servidores do TRT, já que é um documento público e não secreto. Os servidores estão cansados de trabalhar dobrado para minimizar a ineficiência desse sistema. Segundo o diretor sindical, crítico ferrenho do gasto inútil com um sistema ineficaz, “se o TRT tivesse dedicado toda esta energia à implantação da plataforma única recomendada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), hoje a situação deveria ser outra, além de facilitar a integração com os tribunais de todo o Brasil”.

Impacto político

No documento, o juiz distribuidor chama a atenção da Presidência do TRT para o impacto político que os problemas do SAPWeb podem provocar em seu segundo ano de operação, além do desgaste provocado nas repartições. “Soma-se a situação de desgaste e desmotivação por que têm passado os servidores do TRT, que apenas desejam condições técnicas ideais de trabalho num sistema informatizado”. O juiz Maurício Drummond diz que já acionou diversas vezes a Secretaria de Tecnologia da Informação cobrando providências e soluções para o problema. Mas reclama que “até a presente data não nos apresentou qualquer explicação defini-

tiva ou mesmo sinais sensíveis de melhora operacional no SAPWeb”.

No ofício, o magistrado apresenta números interessantes sobre o funcionamento do sistema. Segundo ele, em dias em que as funções são realizadas a contento, cada petição de impulso com apenas um assunto, por exemplo, leva 30 segundos para ser tramitada. Só que quase sempre o SAPWeb complica a vida dos servidores e, assim, a mesma petição consome dois minutos e 35 segundos para ser completada. Ou seja, mais de cin-

a de Acompanhamento Processual

co vezes o tempo que deveria levar. O juiz cita outro exemplo. Agora, de uma petição com dois assuntos (procuração e substabelecimento), que um digitador leva quatro minutos para executá-la. No ofício, o juiz faz as contas:

“Levando-se em conta uma média diária de quatro mil petições recebidas, no primeiro exemplo, serão necessários dez mil minutos, ou seja, 166,67 horas de trabalho. Já no segundo serão 16 mil minutos ou 266,67 horas de trabalho para se concluir a tramitação em um único dia. Tomando-se por divisor a jornada de trabalho de um digitador (cinco horas diárias efetivamente trabalhadas devido ao intervalo de dez minutos a cada 50) e também o número de digitadores atualmente empregados, que são 21, chega-se a uma demanda extra de trabalho de três horas a mais por

digitador, ou seja, uma carência de 63 horas de trabalho por dia. Já o segundo exemplo revela um tempo de despendido 60% superior ao primeiro, aumentando a carência de horas de trabalho.”

Aumento do volume de trabalho

Para o juiz distribuidor, não será o aumento de mão de obra que irá resolver o problema, e sim a adequação do sistema às reais necessidades do TRT. O magistrado relata que o volume de trabalho aumentou, atrasando o andamento das petições, tendo em vista que os advogados comparecem com mais frequência para verificar se suas iniciais foram distribuídas ou as petições estão tramitando. Sem contar, o crescimento no número de ligações telefônicas que são atendidas pelos servidores.

“O TRT está num beco sem saída. Se decide remendar inutilmente o SAPWeb ficará eternamente escravo financeiro da empresa que o implantou, pagando por assessoria continuamente. Se desiste, assume publicamente o erro que foi sua implantação. O TRT teima no uso para tentar demonstrar que a decisão de utilizá-lo não foi um erro administrativo grave.”

Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe.

Cansado com a ineficiência do SAPWeb, em 19 de maio, o magistrado enviou um outro documento (402/2009), desta vez para os juízes titulares das Varas Trabalhistas do capital, com a cópia do ofício 401 encaminhado à Presidência do TRT. Nele, Maurício Drummond soli-

cita a compreensão e a colaboração dos colegas com as Seções de Distribuição de Feitos e com o Protocolo Geral devido à lentidão provocada pelo sistema de informática.

*Da Redação

Magistrada tenta justificar reclamações contra o sistema

O relato do juiz distribuidor Maurício Pizarro Drummond, da Divisão de Feitos de 1ª Instância, destoa da posição da juíza Leydir Kling, que esteve à frente da Seção de Distribuição. Em entrevista à publicação “Boletim do SAPWeb”, a magistrada afirma que “não procedem as reclamações sobre a inviabilidade do SAPWeb, que persistem apesar das melhorias implantadas”. Segundo ela, “não há dúvida de que hoje se trabalha muito melhor no SAPWeb do que no momento de sua implantação”. Na avaliação da magistrada, como o novo sistema, o TRT “hoje é um dos poucos ou talvez o único tribunal que está pronto para receber todas as inovações do Sistema Único de Acompanhamento de Processos (Suap), que está sendo implantado pelo Tri-

bunal Superior do Trabalho (TST).

Para Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe, o SAPWeb não é só ineficiente, mas um gasto inútil de dinheiro público, pois a Justiça do Trabalho desembolsou uma enorme quantia para implantá-lo e remendá-lo infinitamente. “O que ocorre é que o TRT está num beco sem saída. Se decide remendar inutilmente o SAPWeb ficará eternamente escravo financeiro da empresa que o implantou, pagando por assessoria continuamente. Se desiste, assume publicamente o erro que foi sua implantação. O TRT teima no uso para tentar demonstrar que a decisão de utilizá-lo não foi um erro administrativo grave”, afirma o dirigente sindical. [Max Leone]



Lama sob os tapetes do Salão dos

Rio Grande do Sul | Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação de improbidade administrativa contra a governadora do PSDB e outros oito políticos, em 5 de agosto. A Operação Rodin, da Polícia Federal, descobriu o desvio de ao menos R\$ 44 milhões do Detran gaúcho – cuja carteira de motorista é mais cara do país.

Henri Figueiredo*

Um dia após ter sido denunciada pelo MPF como integrante de uma quadrilha responsável pelo desvio de R\$ 44 milhões do Detran, a governadora Yeda Rorato Crusius ganhou da Rede Brasil Sul de Telecomunicações (RBS), afiliada da Rede Globo, um bom espaço para (tentar) se defender. A entrevista, na qual o jornalista André Machado serviu apenas de “escada” para a governadora, está ainda disponível no portal de internet da empresa. Ali, Yeda ataca os procuradores que a denunciaram, qualifica o trabalho do MPF de abuso e de “circo político”, é afirmativa mas transparece nervosismo. Tenta intimidar os procuradores dizendo que vai denunciá-los ao Conselho Superior do MPF.

Perguntada sobre o motivo de dois ex-presidentes do Detran terem saído em poucos meses, Yeda tripudia: “Holofotes. Aqui entre nós... não sei o problema que estas pessoas têm com os holofotes da mídia”. Ao responder sobre as mudanças “na estrutura do Palácio Piratini”, que está fechado há meses, Yeda se supera: “A governadora não pode ficar exposta. Eu preciso ter segurança. Não é possível que um grupinho qualquer avance e queira dormir na minha cama, usar a minha cozinha. (...) Só que isso toma tempo. Estamos aqui sobre um tapete, no Salão dos Espelhos do Palácio

Piratini. Eu demorei um ano e meio para poder comprar este tapete. Então a máquina anda muito devagar. Enquanto não tiverem as condições que eu determinei prontas para voltamos a abrir o Piratini. (...) eu quero acabar com esse serpentário em que o Piratini se transformou. Os ovos quando chegam perto do calor são chocados e, quando nasce, uma serpente come alguém”.

A governadora preocupada com tapetes e espelhos é a mesma que recriou as “escola de lata” de Celso Pitta ao colocar crianças em contêineres. A mesma que deixa perguntas sem resposta ao explicar como pagou a mansão para a qual se mudou logo após ter ganho a eleição de 2006 com 53% dos votos – está sendo investigado o desvio de doações não registradas pelo



Caavalcante: assessor de Yeda apareceu morto no Lago Paranoá



Fúria: Yeda reage a manifestantes, ao lado do neto e da filha

partido. O adversário era o ex-ministro das Cidades Olívio Dutra, hoje presidente regional do PT. Aliás, a eleição de Yeda foi um desastre para a direita gaúcha. Ela era a “terceira via”. Pouco antes do primeiro turno, o eleitorado antipetista migrou os votos naturais no então governador e candidato à reeleição Germano Rigotto (PMDB) para Yeda. Foi uma tentativa de excluir Olívio do segundo turno. O feitiço virou contra os feiticeiros. Com eleitorado fiel, Olívio manteve-se na disputa e o excluído acabou sendo Rigotto – que era então o queridinho da mídia e liderava as pesquisas. Yeda, por esse erro de cálculo do eleitorado conservador, tornou-se a alternativa antipetista.

Hoje o desastre parece consumado. Para a direita gaúcha e para toda a população. De acordo com a Datafolha, 57% creem que há corrupção no governo do Estado e 70% dos gaúchos são pró-impeachment. O ministro da Justiça Tarso Genro, acusado por Yeda de ter arquitetado as denúncias, apesar das denúncias terem partido de ex-aliados dela, lidera as pesquisas de intenção de voto para governador. Yeda se diz candidata à reeleição mas não passa de 8% em nenhuma pesquisa. É bom lembrar que o Rio Grande do Sul nunca reelegeu um governador. Colunistas importantes, como Elio Gaspari, garantem há tempos que tucanos de alta plumagem já abandonaram Yeda – além da falta de eixo da oposição ao governo federal, que é refém da agenda das grandes empresas da mídia, administrar o desastre político do governo gaúcho pesa demais para o demotucanato.

Morte, improbidade e CPI

Mesmo a insuspeita revista Veja, notório panfleto direitista, jogou a toalha. Em maio, a revista deu dimensão nacional para a morte suspeita e repentina de Marcelo Cavalcante, o chefe da representação do RS em Brasília.

Espelhos

diariogauche.zip.net

lia. Em fevereiro, o corpo do assessor de Yeda foi encontrado boiando no Lago Paranoá, em Brasília. A família nega suicídio. O marido da governadora, Carlos Crusius, se apressou a informar que Marcelo havia se suicidado. De acordo com a revista, Marcelo conhecia o PSDB gaúcho na intimidade. “Com seu desaparecimento, parecia ter se perdido uma das mais acuradas memórias da campanha e dos primeiros dias do governo Yeda. Era uma presunção falsa. Apenas um mês depois da morte de Marcelo, descobriu-se que o Ministério Público Federal dispunha das tais gravações. Veja teve acesso a parte desses áudios”, registrava o semanário.

O MPF apresentou, em 5 de agosto, o relatório de uma investigação de três anos sobre a corrupção no governo gaúcho. Foram analisados mais de 20 mil telefonemas e o relatório tem mais de mil páginas. O MPF decidiu por uma ação civil de improbidade, ao contrário de uma ação penal. Em vez de pedir a prisão dos denunciados, o MPF quer a perda dos cargos, a devolução do dinheiro desviado e a perda dos direitos políticos. Os denunciados são a governadora Yeda e mais oito pessoas: Carlos Crusius (marido dela), o deputado federal José Otávio Germano (PP), os deputados estaduais Luiz Fernando Zachia (PMDB) e Frederico Antunes (PP), o presidente do Tribunal de Contas do Estado João Luiz Vargas (ex-deputado pelo PDT), Walna Villarins Meneses (assessora da governadora), Delson Martini (ex-secretário geral do governo), Rubens Bordini (vice-presidente do Banrisul e ex-tesoureiro da campanha de Yeda). Pesam sobre eles acusações de enriquecimento ilícito, dano



Em segurança: governadora mudou diretrizes da Brigada Militar e criminalizou os movimentos sociais

ao erário e infração de princípios administrativos, todos crimes relacionados à fraude que desviou cerca de R\$ 44 milhões do Detran gaúcho.

Até a divulgação da ação de improbidade pelo MPF, a Assembleia Legislativa do RS, de maioria governista, precisava de apenas 3 assinaturas para instalar uma CPI que investigasse as denúncias contra o governo de Yeda. De iniciativa da bancada do PT, o pedido de CPI ganhou as 3 assinaturas que faltavam do PDT e, em seguida, a base do governo (o PMDB, principalmente) aderiu e assinou em massa o requerimento. A estratégia é batida: como o governo de Yeda tem maioria, a ideia é obstruir o trabalho e evitar que a comissão se torne planaque eleitoral.



Prisão: Rejane, em primeiro plano, é presa ao protestar

Repressão policial e criminalização de movimentos sociais

Desde o início do governo, Yeda Crusius já trocou 22 secretários de Estado, 3 trocaram de pasta e mais de 40 titulares passaram por todas as secretarias. No início de 2009, o cálculo era de que, entre transferências internas e demissões, a governadora fez uma mudança a cada 33,5 dias de governo. A Segurança Pública, que ela desmembrou da Secretaria de Justiça, é uma das áreas mais criticadas. Comandada por oficiais linha-dura da chamada Brigada Militar, desde o início do governo do PSDB a diretriz foi a de criminalização dos movimentos sociais, em especial do MST e dos movimentos sindicais. A polícia gaúcha passou a bater antes para perguntar depois.

A truculência da Brigada é sentida apenas entre os militantes sem-terra do interior do estado. Aconteceu na semifinal da Taça Libertadores da América, entre Grêmio e Cruzeiro, em 2 de julho, quando 5 mil torcedores com ingressos (entre idosos, crianças, famílias inteiras) foram impedidas de entrar e agredidas pela cavalaria, sem distinção. O fato revoltou a opinião pública gaúcha. Duas semanas depois, a Brigada Militar prendeu, entre outras pessoas, a presidente do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpers-Sindicato), Rejane de Oliveira, e o fotógrafo Caco Argemi, que cobria a manifestação de protesto em frente à casa da governadora. Foram acusados de desacato à autoridade.

A mídia local, que até então sustentou e justificou a truculência policial qualificando os manifestantes de “baderneiros”, só começou a mudar de tom após a denúncia do MPF, no início de agosto. Nos últimos dias, no RS, alguns jornalistas ligados à RBS têm podido criticar a “falta de limites” na ação repressiva do governo do Estado. Sinal de que, mesmo na trincheira midiática local, Yeda está perdendo aliados.

*Da Redação, com informações do blog RSUrgente.

Honduras: América Latina acusa o golpe

Independentemente do que vier a acontecer no país nos próximos dias e meses, a democracia no continente acaba de perder uma importante batalha. Mas a guerra ainda está longe de terminar... Infelizmente, parece que isso não será possível sem o sangue dos hondurenhos e talvez de outros hermanos.

Texto
Vinícius Souza
Maria Eugênia Sá*

A América Latina, sem sombra de dúvida, já não é o “quintal dos Estados Unidos” que foi durante praticamente todo o século XX. A partir da virada do milênio, com a eleição fraudulenta que levou George W. Bush ao poder e os atentados de 11 de setembro de 2001, os olhos da política externa dos EUA se voltaram para a chamada “guerra das civilizações”, contra os muçulmanos de todo o mundo e em especial aqueles assentados sobre toneladas de petróleo. Assim, vários governos mais progressistas e não imediatamente alinhados aos EUA puderam vencer democraticamente processos eleitorais justos e serem empossados na Venezuela, Brasil, Uruguai, Argentina, Bolívia, Equador, Chile e, mais recentemente, no Paraguai e na Nicarágua. É certo que houve reverses como no Peru e no México (esse também por meio de uma fraude eleitoral) e a Colômbia continua como aliada incondicional (tendo sido por isso poupada pela grande mídia quando Álvaro Uribe mudou a constituição do país para conseguir se reeleger e mesmo agora quando tenta mudá-la novamente para uma nova reeleição). Mas o poder estadunidense continua se esvaindo por entre os dedos do Tio Sam.

Junto com a influência política, a presença militar dos EUA também é posta em xeque na região. Depois que Lula paralisou, ainda no início de seu governo, as negociações em torno da cessão da base de Alcântara

no Maranhão e Hugo Chávez passou a negociar armas com a Rússia, a nova constituição equatoriana proibiu a instalação de bases militares estrangeiras em seu território. Assim, o presidente Rafael Correa não renovou a concessão da base estadunidense de Malta, implantada em 1999 no Equador, e os EUA estão tendo de mudar suas tropas para as bases na Colômbia. É esse cenário, muito mais do que qualquer alegação da mídia de tentativa por parte do presidente eleito Manuel Zelaya de uma reeleição proibida, que ameaça “contaminar” a América Central e está por trás do golpe em Honduras.

Apesar do fato do governo de Barack Obama não ter reconhecido oficialmente os líderes golpistas como legítimos, não faltam figurinhas carimbadas dos EUA entre os conspiradores. O próprio embaixador estadunidense no país, Hugo Llorens, era um dos principais assessores de Bush sobre a Venezuela quando hou-

ve o golpe contra Chávez em 2002 e admitiu ter se reunido com os golpistas antes do sequestro e deportação do presidente legítimo de Honduras, em 28 de junho. Em 4 de julho, ele declarou à imprensa hondurenha que “não se pode violar a constituição para criar uma constituição”, aceitando, portanto, a justificativa oficial para o golpe. No entanto, ele não é a única “herança maldita” dos falcões de Bush na região. De fato, Honduras está cercada. O ex-subdiretor de Assuntos Cubanos do Departamento de Estado dos EUA, Robert Blau, tem um alto cargo na embaixada dos Estados Unidos em El Salvador. O ex-número dois da embaixada dos EUA na Venezuela, em 2002, é o atual embaixador do país na Guatemala. E o embaixador na Nicarágua, Robert Callahan, depois de atuar na imprensa pela embaixada em Bagdá, foi um dos responsáveis pelo setor na criação da Direção Nacional de Inteligência (DNI) de Washington, com grande concentração de poder.

Mídia hegemônica tolera o golpe

A mídia hegemônica, pois, também tem jogado seu jogo ao lado dos golpistas. Como em toda a América Latina, a imprensa é super-concentrada em Honduras, com apenas três famílias controlando os principais jornais do país e somente uma à frente das maiores redes de rádio e TV. Os meios internacionais têm mantido suas posições ideológicas tradicionais, a favor ou contra “o esquerdista” Zelaya, mas em geral têm nomeado o golpe de golpe. No Brasil, houve uma certa hesitação no começo, até mesmo para não serem desmentidos pelos fatos, como aconteceu com a Veja que anunciou em *outdoors* pelo país “a queda do presidente falatrão”, em 2002, e chegou às bancas com Chávez já de volta ao poder.

Como Zelaya não retomou seu posto legítimo em questão de horas, a exemplo do colega venezuelano, pouco a pouco tem mudado a forma como os jornais se referem a ele e ao usurpador Roberto Micheletti, agora chamado de “presidente interino” do “governo de provisório”. A única “honrosa” exceção, sempre ela, vem em nome do blogueiro oficial da Veja, Reinaldo Azevedo, o “tio rei”, que chama Obama pejorativamente de Barack Hussein, diz que o presidente dos EUA não devia ter medo de intervir militarmente, que Zelaya era quem queria dar um golpe nas instituições com o apoio de Chávez, Fidel Castro e Daniel Ortega, e completa seu raciocínio torto com uma frase





Micheletti: o golpista agora é chamado de “presidente interino” do “governo provisório”

Fotomontagem: nublog.com.br

lapidar: “Não é mais possível aceitar que bandoleiros recorram ao voto para matar o regime democrático, como já se fez na Venezuela, na Bolívia e no Equador”.

O último elemento explosivo do golpe é a questão da hegemonia econômica e cultural. A população pobre do interior de Honduras, assim como dos países vizinhos, sempre foi usada como massa trabalhadora barata e descartável pelas empresas transnacionais, especialmente as “bananeiras” como a United Fruits. Já nas cidades maiores e no litoral caribenho, ela serve bem a pequena elite local e os vários estrangeiros em posição de mão-de-obra doméstica e para o turismo. Na paradisíaca ilha de Roatán, por exemplo, a poucos quilômetros do porto exportador de frutas de La Ceiba, boa parte dos moradores abastados sequer fala espanhol e a recente implantação do ensino de inglês básico nas escolas públicas é anunciada como o caminho para a futura “empregabilidade” da população de mais baixa renda. O dólar é moeda corrente tanto quanto a lempira hondurenha e pode ser sacado, com cartões de crédito internacionais, em qualquer caixa eletrônico. Nas facha-

das dos estabelecimentos voltados ao turismo e nos cardápios dos restaurantes, o uso da língua de García Márquez é simplesmente dispensável.

O país começava a se descolar dos EUA

No restante do continente, enquanto a economia mexicana caminha para o caos por sua vinculação estreita à dos EUA (a Cepal prevê uma retração de 7% em 2009), no Brasil, na Argentina e na Venezuela já não há necessidade de empréstimos e tutela do FMI. Ao contrário, investem em um banco sul-americano. Os recentes massacres de indígenas no Peru que protestavam contra a abertura da Amazônia à exploração de energia e recursos minerais e naturais por empresas transnacionais, na linha do Tratado de Livre Comércio (TLC) assinado com os EUA, empurram a população peruana para os braços da oposição, assim como a derrubada da privatização do sistema hídrico (incluindo as águas da chuva) em Cochabamba, em 2000, levou a mobilizações sociais que culminaram com a eleição de Evo Morales em 2005. Mesmo em relação à Colômbia, os deputados estadunidenses hesitam em referendar o acordo de livre co-

mércio por causa dos assassinatos de lideranças sindicais e populares. Aliás, os benefícios sociais e econômicos das iniciativas ligadas à Aliança Bolivariana das Américas (Alba) atraem muito mais do que as falsas promessas da quase defunta Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e dos TLCs que os EUA assinaram por todo o continente. Esse também é o caso de Honduras que assinou um acordo com Cuba, aderiu à Alba e estava adquirindo petróleo da Venezuela a preços subsidiados.

Desse modo, Honduras se tornou o grande palco inicial da luta imperialista no final da primeira década do novo milênio. Os reacionários nos EUA aprenderam muito com o fracasso do golpe na Venezuela em 2002, mas os movimentos populares também têm se fortalecido desde então. Diferentemente de Chávez, no entanto, Zelaya parece não poder contar com boa parte de seus militares, que ao invés de nacionalistas são na maioria treinados e aculturados na Escola das Américas, a fábrica estadunidense de ditaduras e torturadores desde os anos 1960. Na verdade, o próprio presidente era um “homem do sistema”, que serviu em altos cargos em diversos governos ante-

riores e se tivesse visto a oportunidade, talvez até tivesse sido totalmente cooptado.

De qualquer modo, os fatos de Zelaya não ter sido reempossado rapidamente e da possibilidade cada vez maior de uma guerra civil de duração e consequências imprevisíveis já são uma derrota para o povo hondurenho, a democracia na região e as forças socialistas de todo o mundo. Isso sem falar na possibilidade de uma intervenção “força de paz da OEA” comandada pelos EUA, como ocorreu na República Dominicana, em 1965, impedindo a volta do presidente Juan Bosch, deposto por um golpe. Ainda que o quadro seja revertido sem um banho de sangue, pelo menos duas pessoas já foram mortas pelo exército na primeira tentativa de regresso de Zelaya (algumas fontes falam em mais de 150 execuções desde o golpe) e inúmeras outras (inclusive estrangeiros) estão detidas sem que sejam reconhecidos os seus direitos. E tudo isso porque o presidente decidiu perguntar à população se gostariam de mudar sua própria constituição.

*Jornalistas, estiveram em 2008 em Honduras.

República de Bananas. Ainda.



Texto e fotos
Vinícius Souza
Maria Eugênia Sá*

Para entender os fatos do último dia 28 de junho, é importante conhecer um pouco da história do país e da região. O termo “República de Bananas” foi criado na primeira metade do século XX para designar pejorativamente os países latino-americanos, e especialmente da América Central, onde o poder de fato esteve historicamente nas mãos das grandes transnacionais estadunidenses do setor de frutas. Essas empresas, com destaque para a United Fruits (atualmente chamada Chiquita Brands), dominavam e ainda dominam grandes parcelas das elites locais e empossavam ou destituíam governos títeres ao sabor de seus interesses imediatos.

Honduras é o exemplo perfeito dessa política. Maior produtor de bananas do mundo em 1924, teve sua população original (os Maia) massacrada no sé-

culo XVI, o litoral caribenho açoitado por piratas nos séculos XVII e XVIII, e viu o sonho de Bolívar de uma América Central unida destruído por egos militares e disputas fratricidas no século XIX. Desde 1900 foram inúmeras constituições diferentes. E após 1956, o governo foi deposto por golpes militares nada menos do que sete vezes. O território também foi invadido militarmente por tropas estadunidenses, com o propósito explícito de defender os interesses das companhias de frutas ou derrubar governos, pelo menos em 1903, 1907, 1910, 1912 e 1924.

Desde os anos 1950, os EUA mantêm uma base militar no país. Atualmente com cerca de 500 a 600 soldados em Soto Cano, a apenas 97 quilômetros da capital Tegucigalpa (assim como outras em El Salvador, Porto Rico e Cuba). Foi a partir dessa base que os estadunidenses armaram, treinaram e financiaram, a guerrilha dos Contra na Nicarágua que fustigou o

governo do socialista Daniel Ortega durante boa parte dos anos 1980. Como diz a jornalista Elaine Tavares, “era o tempo em que um batalhão especial, liderado por um general hondurenho anti-comunista, promoveu massacres contra lideranças da esquerda de toda a região”.

Também foi de lá, e das bases no Panamá do ditador de ocasião e ex-agente da CIA Manuel Noriega (depois deposto pelos marines e atualmente preso nos EUA) que a marinha e a aeronáutica de Ronald Regan tiveram apoio para a invasão de Granada, em 1983, que derrubou o primeiro-ministro de tendência socialista Maurice Bishop, posteriormente executado. Honduras, como o Panamá, foram estratégicos para frear o “perigo comunista” de movimentos mais à esquerda também em El Salvador e na Guatemala, ainda sob a



influência da Guerra Fria. A manutenção da presença militar estadunidense no país, portanto, não pode ser descartada como um dos motivos do novo golpe. Afinal, uma nova constituição poderia, em tese, refutar essa presença.

*Jornalistas.

TRT corta R\$ 266 do auxílio-alimentação

Henri Figueiredo*

Após o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) ter solicitado crédito suplementar para a complementação do orçamento destinado ao pagamento das despesas decorrentes do auxílio-alimentação, que foi negado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento sob o argumento de que devido à crise financeira a arrecadação teve queda, a sugestão indicada pelo presidente do CSJT aos tribunais foi diminuir os valores até que seja aprovado o PL 30/2009 – que tramita no Congresso Nacional. O projeto prevê a suplementação orçamentária de mais de R\$ 26 milhões para os 23 TRTs do país.

O diretor do Sisejufe Valter Nogueira Alves fez contato com a Assessoria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CSJT, na tarde de segunda, 10 de agosto, para apurar o fato inusitado de o TRT da 1ª Região ter redu-

Falta de previsão orçamentária faz CSJT recomendar diminuição do valor do auxílio-alimentação. Sindicato ajuiza ação com pedido de antecipação de tutela para evitar a redução.

zido os valores do auxílio-alimentação sem ter dado uma explicação convincente aos servidores. A Secretaria de Gestão de Pessoas, por meio de comunicado via correio eletrônico, informou apenas que o corte de R\$ 266 no auxílio-alimentação se dava “por força do cenário orçamentário que vive o país”. Esse comunicado gerou revolta e indignação na categoria. O Sisejufe foi procurado por dezenas de servidores que pediam providências a respeito.

Na conversa com o assessor de Orçamento do CSJT foi informado que, pelo fato de o conselho ter reajustado os valores em novembro de 2008 de R\$ 450 para R\$ 590 (isso após o Orçamento da União já ter enviado ao Congresso), a previsão orça-

mentária para rubrica “Alimentação” não foi atualizada. Desta forma, o orçamento da Justiça do Trabalho para custear o auxílio-alimentação com o reajuste comporta o pagamento até o mês de outubro de 2009. De acordo com a assessoria do CSJT, caso não haja a aprovação de dotação orçamentária (PL 30), os tribunais que não fizerem os cortes ficarão sem verbas para pagar os meses de novembro e dezembro. Segundo a assessoria, tal fato não se repetirá em 2010 já que o orçamento vai prever o valor do auxílio-alimentação em R\$ 590.

O PL 30 prevê mais de R\$ 26 milhões para o reforço de dotações orçamentárias dos 23 TRTs. Apenas para o TRT da 1ª Região está sendo destinado R\$

4.562.146,00 – exclusivamente para o pagamento de auxílio-alimentação. A previsão é de que até 27 de agosto o parecer esteja na Mesa do Congresso Nacional.

Ação do sindicato – O Sisejufe, através de sua assessoria jurídica em Brasília, ajuizou ação ordinária com pedido de antecipação de tutela para que não ocorra o desconto de R\$ 266. Até porque trata-se de verba de caráter alimentar que não pode sofrer redução. Essa iniciativa busca, ainda, que o TRT pague integralmente o valor de R\$ 590 em todo exercício de 2009. O sindicato também solicitou audiência com a presidência do tribunal para tratar do assunto e cobrar empenho das Administrações pela aprovação do PL 30. De acordo com a assessoria do CSJT, assim que a dotação suplementar for aprovada, os valores descontados serão ressarcidos aos servidores.

*Da Redação

Desde junho, TRT de Campinas teve o benefício reduzido

Do mesmo medo como acontece agora no TRT da 1ª da Região, desde 22 de junho, a Administração do Tribunal da 15ª Região (TRT-Campinas), através do Comunicado 34/2009, reduziu temporariamente o valor do auxílio de R\$ 590 para R\$ 446, enquanto aguarda a liberação do crédito suplementar, destinado ao pagamento retroativo e futuro do

benefício. Através do processo 358/2007 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) o SindiQuinze conseguiu o aumento do auxílio-alimentação para o valor de R\$ 590, extensivo a todos os tribunais do Trabalho do país.

Diante do comunicado de redução temporária, o presidente do sindicato de Campinas, Joaquim Castrillon, se reu-

niu com o presidente do tribunal, desembargador Luís Carlos Sotero, e o juiz auxiliar da presidência, Edson Pelegrini, onde expôs o descontentamento dos servidores com a medida que atingiu todos os ativos, uma vez que a verba é de caráter alimentar. Sotero afirmou entender o caráter alimentar e ressaltou que a redução do valor era para a garantia do pagamento do auxílio até o mês de dezembro.

O presidente do TRT-15 solicitou ao SindiQuinze, como representante de todos os servidores do tribunal, confiança em sua administração. Segundo o assessor parlamentar do sindicato, Alexandre Marques, o Projeto de Lei 30/2009 será analisado a partir do dia 3 de agosto, quando termina o recesso dos parlamentares.

10º Concut: compromisso com a soberania, os direitos e o desenvolvimento sustentável

Sob o lema “Desenvolvimento com Trabalho, Renda e Direitos”, mais de 2,4 mil delegados – 40% mulheres – participaram de 3 a 7 de agosto do 10º Congresso Nacional da CUT (Concut) que reuniu ministros, intelectuais, parlamentares e dirigentes sindicais de mais de 40 países

Agosto iniciou colocando nas agendas dos movimentos sindical e social brasileiros temas relevantes para o presente e o futuro do país – e do próprio continente. Alguns que insistem em ser pauta do mês, outros que vão e vêm e outros que estão por vir... Quem será o grande beneficiado pelas riquezas do pré-sal? A que interesses serve a CPI da Petrobras? Será, enfim, adotada uma política de valorização dos benefícios de aposentados e pensionistas do INSS – a exemplo da que já ocorre com o salário mínimo? Conseguiremos exterminar de uma vez por todas o famigerado “fator previdenciário”? Aprovada pela Comissão Especial da Câmara, a redução da jornada de trabalho sem re-

dução de salário e o aumento do valor da hora-extra vão agora virar lei? A participação da sociedade na Conferência Nacional de Comunicação colocará em xeque o latifúndio midiático? Os impactos negativos da crise internacional já foram superados? E os riscos com a reativação da 4ª Frota dos EUA? E a agressão e os perigos da instalação de sete bases militares estadunidenses na Colômbia? Qual a relação dos interesses mercadológicos e da venda do Tamiflu com a cobertura sensacionalista da gripe do momento?

Diante de tantos questionamentos, vem a recordação de uma estudante meio rebordosa dos anos 80, mais perdida do

que idiota, cuja camiseta falava mais do que mil palavras: “Quando nós tínhamos as respostas, eles mudaram as perguntas”. Diferentemente dela, que havia perdido o senso e nunca o sono, os 2.461 delegados e delegadas presentes ao 10º Concut decidiram arregaçar as mangas e, entre os dias 3 a 7 de agosto, em São Paulo, fazer valer a representação dos mais de 22 milhões de trabalhadores e trabalhadoras da sua base.

No evento, o presidente reeleito da CUT, Artur Henrique da Silva Santos, defendeu um novo modelo agrário para o país, “que combata o latifúndio e o agro-negócio e fortaleça a agricultura familiar”, e destacou como as ações da central têm dialogado com o lema do congresso: “Desenvolvimento com trabalho, renda e direitos”. Artur lembrou o significado estratégico que tem para a CUT a articulação com as demais centrais e movimentos sociais, “que muito têm contribuído no enfrentamento à crise e na construção de uma agenda que afirma o nosso projeto de desenvolvimento, com inclusão e distribuição de renda”.

Reconhecimento – O ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, fez um resgate do intenso trabalho desenvolvido pela central ao longo da sua história e da importância da unidade das forças populares: “O presidente Lula me pediu para dizer a vocês que ele tem um reconhecimento imenso por tudo que a CUT fez e faz por este país, não só na defesa dos direitos dos trabalhadores, mas de toda a nação. Se a CUT não tivesse lutado para impedir a privatiza-

ção do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobras, não estaríamos enfrentando a crise como agora. Não fossem os bancos públicos, o país teria quebrado”, frisou. Ao elogiar o protagonismo da CUT, Dulci citou explicitamente “a política de valorização do salário mínimo, de financiamento da agricultura familiar, de reajuste da tabela do Imposto de Renda para os assalariados e do crédito consignado, criticando quando achava necessário, mas também apontando caminhos para o país”. Dirigindo-se ao secretário geral da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) de Honduras, José Maldonado, o ministro sublinhou que “para o Brasil, é vital a defesa do governo constitucional de Honduras, pois nenhuma democracia estará segura no continente se Manuel Zelaya não for restabelecido nas suas funções”.

José Maldonado agradeceu as calorosas manifestações de solidariedade do plenário, do governo e do povo brasileiro, e sublinhou que “tais pronunciamentos têm servido como estímulo para resistirmos ao golpe, defender a volta do nosso presidente e ampliar nossas forças em defesa de uma democracia participativa”.

Por vídeo, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, enviou uma saudação ao evento, em que lembrou que “o desenvolvimento com trabalho, renda e direitos são também os princípios empregados pelo governo Lula para estabelecer uma política de transferência de renda que permitiu a criação de 10 milhões de empregos”. A declaração foi intensamente aplaudida pelo plenário, que entoou “olé,olé,olé, olá, Dilma, Dilma”.

Fotos: Dino Santos



Stedile do MST: mobilização contra os querem mamar nas tetas



Plenária do 10º Concut: mais de 2,4 mil delegados participaram das discussões sobre desenvolvimento com trabalho, renda e direitos

João Pedro Stedile, da direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), externou a satisfação de estar presente em um Congresso onde se encontravam “reunidas as forças populares mais representativas, que precisam estar mobilizadas contra os que querem continuar mamando nas tetas do dinheiro público para recompor as suas taxas de lucro, contra os que querem se apropriar dos nossos recursos naturais, que estão de olho no nosso pré-sal”.

SUSTENTABILIDADE

A Conferência “Desenvolvimento, soberania e democracia – perspectivas para a sustentabilidade”, contou com a participação da senadora Marina Silva (PT-AC) e da professora Tânia Bacelar. Aplaudida de pé pelo auditório, a senadora agradeceu o convite e disse estar honrada em participar do encontro, já que foi uma das fundadoras da CUT no Estado do Acre. “Sinto-

me feliz e orgulhosa de fazer parte deste processo que ajudei a construir ao lado de Chico Mendes”. Marina afirmou que “a questão ambiental é a crise de todas as crises”, frisando que “desenvolvimento sustentável é aquele capaz de atender as necessidades do presente e pensa em atender as gerações futuras”.

“Quando falamos em crise nos remetemos a questões imediatas como o desemprego e a falta de moradia. O mesmo não ocorre quando se fala em crise ambiental. Temos que integrar o meio ambiente como uma de nossas grandes preocupações e ter a noção da magnitude do problema”, acrescentou. A senadora apontou cinco aspectos-chaves para que o desenvolvimento sustentável aconteça: a sustentabilidade cultural, social, estética, política e ética. “O Brasil é uma potência ambiental e precisa aproveitar de forma positiva e sustentável essa vantagem”, defendeu Marina.

Em sua reflexão sobre a crise, a professora Tânia Bacelar destacou que “vivemos um momento de transição e de mudanças de grande significado em curso. A crise trouxe novos pesos econômicos, o fim da era liberal e hoje se discute qual o papel do Estado no século XXI”. A agricultura familiar, acredita, é uma das saídas: “Com essa cri-

se econômica a demanda por alimentos irá crescer e o mundo precisará contar com o Brasil porque temos água, terra e tecnologia. Isso nos dará condição de comparecer no debate mundial como solução”, afirmou a professora Tânia Bacelar.

*Imprensa da CUT Nacional



Homenagem à Marina: defesa do desenvolvimento sustentável

Trabalhador fiscalizará política ambiental

Fotos: Dino Santos

Um dos momentos-chave do evento foi a assinatura pela CUT e o Ministério do Meio Ambiente de um protocolo de acordo que dará aos sindicatos e às representações nos locais de trabalho o poder de participar dos projetos de política ambiental no interior das empresas de todos os ramos de atividade.

Na ocasião, o ministro Carlos Minc anunciou uma portaria governamental, assinada pelo Meio Ambiente e pelo Ibama, que garante aos sindicatos participação direta na elaboração e aprovação dos Relatórios de Impacto Ambiental (Rima) e do licenciamento para novos empreendimentos. Conforme a portaria, após a entrada em operação dos novos projetos, os sindicatos terão papel fiscalizador das regras ambientais.

“O tema da defesa do meio ambiente sempre tratou de dados como a proteção à fauna, à flora, aos rios. Fala-se em geleiras derretendo, animais em extinção, mas faltava um detalhe: o trabalhador. Agora, os trabalhadores também fazem parte dos projetos de proteção ambiental”, anunciou Carlos Minc, enfatizando ser “esta uma iniciativa da CUT, que nos propôs a ideia, que batalhou por esse avanço, mas que esperamos ser compartilhada agora em diante pelas outras centrais”.

O protocolo de acordo prevê que os sindicatos poderão analisar se as empresas, de todos os ramos de atividade, têm políticas ambientais adequadas para a saúde de seus trabalhadores e para as comunidades no entorno e propor soluções tecnológicas e produtivas mais limpas. As comissões eleitas para essa finali-

dade serão espécies de “CIPAS ambientais”. Pelo protocolo, um Fórum Nacional Ambiental, composto por trabalhadores e empresários, será instalado dentro de dois meses e definirá a regulamentação do acordo.

Saúde do trabalhador – Já a portaria, que entra em vigor logo após sua publicação no Diário Oficial, garante aos sindicatos de base e às centrais, além da participação com voz e voto nos processos de licenciamento ambiental, a elaboração de programas de proteção ambiental integrados à saúde do trabalhador. Estes programas serão estabelecidos entre empresários e funcionários, de acordo com a realidade de cada setor e local de trabalho.

“Até hoje, os empresários que recebem licenciamento



Ação em conjunto: Artur e Minc assinam protocolo

ambiental não eram submetidos à cobrança dos trabalhadores da empresa, nem dos sindicatos, para cumprirem as condicionantes ambientais impostas ao projeto. A partir de agora, as empresas passam a ter a obrigação de informar seus trabalhadores e os sindicatos reconhecidos naquela base sobre as condicionantes, sobre cada etapa de implementação”, afirmou Minc.

O presidente da CUT, Artur Henrique, que apresentou a proposta ao ministro há pouco mais de dois meses, saudou a iniciativa como um novo patamar na relação do movimento sindical com o modelo produtivo das empresas e, por extensão, com o desafio de mudar o modelo de desenvolvimento do país. “Nós, como militantes e dirigentes sindicais, não podemos mais nos preocupar com o meio ambiente na condição de espectadores. Temos de usar nossa experiência de ação sindical nos locais de trabalho para atuar diretamente sobre esse tema”, disse. Além da nova abordagem sindical para o meio ambiente, Artur também acredita que a mudança abre maior espaço para a ação sindical como um todo.



Marina: antecessora de Minc pode sair candidata à Presidência

*Imprensa da CUT Nacional

Para organizar a luta nos próximos três anos

Fotos: Henri Figueiredo

Henri Figueiredo*

A nova Direção Executiva da CUT do Rio de Janeiro, para o triênio 2009-2012, tomou posse oficialmente na noite de 24 de julho, no auditório do Clube de Engenharia, na avenida Rio Branco. O bancário Darby de Lemos Igayara assumiu a presidência estadual da central sindical em lugar de Neuza Luzia Pinto – que passa para a vice-presidência. Pela primeira vez um dirigente do Sisejufe assume posto executivo na CUT Rio. O técnico judiciário Roberto Ponciano é novo secretário de Formação Política da central. A solenidade teve a presença do presidente do PT-RJ, Alberto Cantalice, do coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), João Antônio de Moraes, do secretário-adjunto da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) da Presidência da República, Elói Ferreira de Araújo, de um representante do MST e o do deputado estadual Alessandro Molon.

Em seu discurso de posse, Darby Igayara, ressaltou os compromissos da central em relação às bandeiras históricas da CUT e cobrou dos governos do município do Rio e do estado um diálogo efetivo com a classe trabalhadora, o que até agora não vem ocorrendo. Já a atual vice-presi-

dente Neuza Luzia Pinto fez um balanço do seu mandato à frente da CUT, apontando a volta da central às ruas e ao cenário político do estado como as grandes conquistas do último triênio. Neuza lembrou ainda que a superação das dificuldades estruturais e políticas só foi possível devido “à valorização do que nos unia e não do que nos dividia, ou seja, nós fomos capazes de construir a unidade na diversidade”.

10º Concut

O urbanitário Artur Henrique da Silva Santos foi reeleito presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), para o período 2009-2012. Ele foi escolhido na tarde de sexta, 7 de agosto, pelos 2.461 delegados e delegadas que participaram do 10º Congresso Nacional da entidade, no Expo Center Norte, em São Paulo. Trabalhador da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), formado em Sociologia pela PUC Campinas e originário do SinergiaSP-CUT (Sindicato dos Eletricistas de Campinas), Artur ocupa a Presidência da CUT desde junho de 2006, quando foi eleito pela primeira vez. Ele tem 48 anos.

*Com informações da CUT-Rio e de Isaías Dalle (CUT Nacional).



Artur: o urbanitário de Campinas é reeleito presidente da CUT



Darby Igayara: bancário carioca assume a presidência da CUT Rio

Executiva da CUT Rio de Janeiro

- Presidente – Darby de Lemos Igayara (Bancários-Rio) • Vice-presidente – Neuza Luzia Pinto (Sintufrij) • Secretário Geral – Aurélio Antonio de Medeiros (Químicos) • Secretário de Finanças – José Antônio Garcia Lima (Trabalhadores em Informática) • Secretário de Organização e Política Sindical – Indalécio Wanderley Silva (Oposição Metalúrgica) • Secretário de Formação – Roberto Ponciano Gomes de Souza Junior (Sisejufe) • Secretário de Comunicação – Vitor Luiz S. de Carvalho (Petroleiros Norte-Flu) • Secretária da Mulher Trabalhadora – Virgínia Dirami Berriel (Sinttel-Rio) • Secretário do Meio Ambiente – Edison Munhoz Filho (Petroleiros-Rio) • Secretário das Relações de Trabalho – Marcello Rodrigues de Azevedo (Bancários-Rio) • Secretário de Saúde – Antonio Barbosa dos Santos (Sintergia) • Secretária de Igualdade Racial – Glória Maria Alves Ramos (Sinpro-Rio) • Secretário de Políticas Sociais – Manoel (Zinho) Oscar Jotta Barbosa (Fetagr-RJ) • Secretária de Juventude – Greice Damiano Assis (Associação de Funcionários do IBGE)

Executiva Nacional da CUT

- Presidente – Artur Henrique da Silva Santos (urbanitário-SP) • Vice-presidente – José Lopez Feijó (metalúrgico-SP) • Secretário-geral – Quintino Severo (metalúrgico-RS) • Secretário de Administração e Finanças – Vagner Freitas (bancário-SP) • Secretária de Comunicação – Rosane Bertotti (agricultora familiar-SC) • Secretário de Política Sindical e Organização – Jacy Afonso de Melo (bancário) • Secretário de Relações Internacionais – João Felício (professor-SP) • Secretária de Relações do Trabalho – Denise Motta Dau (Seguridade Social-SP) • Secretário de Formação – José Celestino (professor-MG) • Secretária da Mulher Trabalhadora – Rosane da Silva (trabalhadora do setor calçadista-RS) • Secretário de Políticas Sociais – Expedito Solaney (bancário-PE) • Secretário da Saúde do Trabalhador – Manoel Messias (comunicação-PE) • Secretária da Juventude – Rosana Sousa de Deus (química-SP) • Secretária de Meio Ambiente: – Carmem Helena Foro (trabalhadora rural-PA) • Secretária de Combate ao Racismo – Maria Júlia Nogueira (Seguridade Social-MA)

Filiar-se ao sindicato para quê?

Helder Molina*

1 O sindicato existe para defender os direitos dos trabalhadores. Nossos direitos são frutos de muitas lutas, e para garanti-los temos que ter um sindicato forte e de luta.

2 Hoje temos emprego, salário, previdência, plano de saúde, e tantos outros direitos garantidos. Milhões de trabalhadores não têm. Amanhã, quem garante que não estaremos sem emprego, vivendo na informalidade, sem salário, sem renda, sem direitos, sem futuro? É pensando nisso que nos organizamos em sindicatos.

3 Os direitos que os trabalhadores têm, hoje, são fruto de muitas lutas, iniciadas no século XIX. Duros combates e mobilizações para melhorar a vida dos trabalhadores se deram não só no Brasil (desde a escravidão), mas no mundo inteiro.

4 A luta pela definição, e depois pela redução da jornada de trabalho, vem de 150 anos. Quando não havia sindicatos, nem direitos trabalhistas. Era o patrão quem decidia o preço da força de trabalho e a duração da jornada. Eram de 14 ou 16 horas diárias e o trabalho das crianças e mulheres não eram remunerados.

5 Só na década de 1920 os trabalhadores conquistaram a jornada de 8 horas diárias. E no Brasil foi garantida em lei só em 1932. A vida “produtiva” de um trabalhador não passavam de 25 anos. Viravam bagaços humanos nas engrenagens das fábricas.

6 A partir de 1910 foram garantidos o descanso aos domingos e o direito a férias. E essas conquistas foram à custa de muitas greves, mobilizações de massas com repressões violentas, torturas, prisões, desaparecimentos e mortes. Operárias queimadas vivas numa fábrica de Chicago são prova disso.

7 Os grandes banqueiros e empresários só acumulam lucros porque exploram os trabalhadores. Dinheiro não nasce em árvore, nem cai do céu. O lucro privado ou estatal é produto da exploração do trabalho e do trabalhar e da ausência de políticas sociais de distribuição da riqueza e dos benefícios gerados pelo trabalho humano, ou quando o Estado vira um comitê de negócios e interesses das classes que dominam a sociedade e monopolizam a economia.

8 O 13º salário foi conquistado após grandes greves, confrontos sangrentos, desde 1953, em São Paulo. E só foi reconhecido em lei em 1962, no governo João Goulart, após uma década de lutas.

9 As leis de aposentadoria, contra acidentes de trabalho, da licença-maternidade, da periculosidade e insalubridades, fundo de garantia por tempo de serviço, todas, foram resultados de muitas lutas, sem nenhuma dívida do Estado e dos patrões.

10 Foram presos mais de cinco mil trabalhadores metalúrgicos, em greve, na frente do sindicato, em São Paulo. Para conquistar um direito que os trabalhadores já tinham na Europa, Japão e nos EUA, menos no Brasil. Questão social no Brasil sempre foi “caso de polícia”.

11 Nada veio por bondade dos patrões, dívida do Estado, vontade de Deus, ou por “sorte” de alguns trabalhadores. Ao contrário, só a resistência, a organização, a luta, a mobilização coletiva, trazem conquistas e direitos.

12 A empresa privada ou estatal, para implantar banco de horas tem, por força da Convenção Coletiva, negociada pelo sindicato, que se submeter às regras instituídas para proteger nossos direitos.

13 Todo trabalhador tem direito de se sindicalizar, exercer sua cidadania sindical,

opinar, discordar, propor, eleger e ser eleito, desde que participe ativamente da vida de seu sindicato. Quando sindicalizado, não precisa descontar a Contribuição Assistencial, que é decidida em assembleia.

14 Por força da Convenção Coletiva, negociada pelo sindicato, as horas extras de domingos e feriados não podem ser compensadas no Banco de Horas, isso é uma conquista de duras lutas e conflituosas negociações.

15 Nunca é demais registrar: do céu só cai chuva, sol e as bênçãos da fé. Todos os direitos trabalhistas, direitos sociais, políticos, que temos hoje, foram conquistados por meio de lutas da organização sindical, dos movimentos sociais. Tudo é fruto de lutas. Se lutando já é difícil, sem luta é muito mais!

16 O sindicato, ao cobrar Contribuição Assistencial dos trabalhadores não sindicalizados, faz um ato de justiça, pois as despesas de uma campanha salarial são grandes, e os direitos e benefícios, quando conquistados e garantidos, são distribuídos a todos e todas, os que lutaram e os que não lutaram. Não é justo que só os sindicalizados se responsabilizem pelos custos. Os associados sustentam a entidade, sempre, antes e após as campanhas salariais.

17 Por consequência desse ato, a Contribuição Assistencial visa garantir recursos para as despesas da campanha salarial, como cálculos e acompanhamentos estatísticos e sócio-econômicos, assessoria jurídica, produção de boletins, viagens para negociações, materiais, jornais, publicações de editais).

18 O trabalhador sindicalizado tem direito garantido de assistência jurídica, seja individual ou coletiva, com advogados de direitos trabalhista, criminal e cível – atendendo de-

mandas administrativas e judiciais de condomínio, taxas, contratos, direitos lesados, defesa do consumidor etc.

19 O trabalhador sindicalizado tem direito a descontos em diversas instituições de ensino, lazer, esporte, saúde e outras, com as quais o seu sindicato mantém convênio. Uma negociação salarial é longa, difícil, cansativa, com avanços e recuos, ainda mais em tempos de crise. O sindicato negocia duramente para que você tenha reajustes sobre o salário, sobre o auxílio-alimentação e todas as outras cláusulas que envolvem valores monetários.

20 Tenha certeza que, se dependesse da empresa, você receberia 0% de reajuste salarial, seus direitos seriam reduzidos e benefícios retirados. Só não nos atacam mais, porque lutamos coletivamente, e porque o sindicato luta com você.

21 No setor privado, o sindicato tem negociado Acordos de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) com várias empresas e você pode se mobilizar e incluir sua empresa nessa relação. Isso não significa que abandonamos nossa luta contra a propriedade privada e o capitalismo. Mas trata-se de receber parte do que nos é roubado pelos patrões. Só o sindicato pode negociar e assinar a PLR – pela CLT o sindicato tem o monopólio da negociação coletiva.

Pense em tudo isso, e fortaleça seu sindicato, ele é fraco sem você, mas é poderoso unimos forças com ele. Você é ele.

*Historiador (UFF), mestre em Educação (UFF) e doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ). Educador e pesquisador sindical, assessor de formação da CUT-RJ e do SINDPPD-RJ.

Tarso declara apoio à criação da Polícia Judicial

Foto: Assessoria de Tarso Genro

Henri Figueiredo*

Na manhã de segunda, 10 de agosto, em Porto Alegre, o ministro da Justiça, Tarso Genro, recebeu em audiência o diretor do Sisejufe Valter Nogueira Alves, também coordenador da Fenajufe, e Cláudio Azevedo e Zé Oliveira – ambos da direção do Sintrajufe-RS. A reunião teve o objetivo de esclarecer ao ministro alguns pontos da proposta de criação da Polícia Judicial, através da PEC 358, que ainda não eram compreendidos pelo Ministério da Justiça. Os coordenadores sindicais apresentaram a Tarso Genro os principais argumentos que legitimam o pleito do segmento de agentes de segurança do Judiciário Federal.

Inicialmente se esclareceu que a criação de uma polícia do Poder Judiciário Federal não conflitaria com as atribuições das polícias judiciárias, da União e dos Estados, já que a Polícia Judicial teria apenas competências administrativas, pois não estará inserida no Artigo 144 da Constituição Federal, que trata do capítulo da Segurança Pública. Foi demonstrado ao ministro que tanto a Câmara e o Senado quanto as Assembleias Legislativas já têm previsão constitucional e possuem a sua polícia legislativa.

Os coordenadores sindicais também expuseram ao ministro que, atualmente, o Poder Judiciário carece de uma estrutura que atenda as suas necessidades de segurança, estas voltadas para as áreas orgânicas de instalações e de proteção à pessoa. Valter, Cláudio e Zé Oliveira ressaltaram que somente uma estrutura organizada como corpo policial pode cumprir efetivamente o papel de segurança institucional.

O ministro Tarso Genro, diante das razões levadas pelos dirigentes sindicais, compreendeu que o pleito é plenamente legítimo, haja vista que, se nos outros poderes já existe essa previsão legal, é justo que o Judiciário também conte com sua polícia administrativa. Diante desse entendimento do ministro, a expectativa é de que o Ministério da Justiça adote uma nova postura em relação a criação da Polícia Judicial. Até então, assessores da pasta se mostravam refratários à ideia. Segundo Tarso Genro, a criação de um instrumento interno de segurança do Poder Judiciário se coaduna com a isonomia institucional entre os poderes.

Como foi noticiado anteriormente, a PEC 358, que trata da Reforma do Judiciário, e prevê a criação da Polícia Judicial, está na pauta da Câmara para ser votada em plenário, dependendo de alguns acordos entre os líderes partidários. De acordo com Valter Nogueira Alves, a Fenajufe e os seus sindicatos filia-dos acompanharão de perto, com a liderança do governo federal, a inclusão da PEC para votação. Assim que isso acontecer, a federação dará publicidade para que os agentes possam acompanhar a votação.

Recesso do Judiciário

Os coordenadores sindicais relataram a preocupação da categoria em relação ao recesso do Judiciário e explicaram que a Fenajufe e os sindicatos querem uma solução que atenda a todos os interessados. Os dirigentes explicaram que isso seria alcançado com a rejeição, pelo Senado, do substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e a aprovação do projeto original da Câmara dos Deputados, de autoria de Mendes Ribeiro Filho (PMDB-



Em Porto Alegre: Zé Oliveira, Tarso Genro, Valter Nogueira e Claudio Azevedo

Diante desse entendimento do ministro, a expectativa é de que o Ministério da Justiça adote uma nova postura em relação a criação da Polícia Judicial. Até então, assessores da pasta se mostravam refratários a ideia. Segundo Tarso Genro, a criação de um instrumento interno de segurança do Poder Judiciário se coaduna com a isonomia institucional entre os poderes.

RS). A sugestão dos advogados, de suspensão de prazos e audiências de 7 a 20 de janeiro, seria discutida em outro projeto de lei.

Tarso disse que discutiria essas alternativas com o secretário nacional da Reforma do Judiciário, Rogério Favretto, a partir dos documentos encaminhados pela Fenajufe. Em 6 de agosto, os dirigentes do Sintrajufe fizeram contato telefônico com Rogério Favretto que disse estar trabalhando no desenvolvimento de uma proposta que atenda a todos os interessados.

Deslocamento – No encontro dos sindicalistas do Judiciário

Federal com Tarso Genro, também foi discutida a proposta do TRT-4 de deslocamento de varas trabalhistas no Rio Grande do Sul. Foi entregue ao ministro um dossiê com documentos e outros textos que trazem um histórico sobre o assunto desde que o TRT anunciou a proposta. O ministro ouviu dos diretores do Sintrajufe um resumo da luta contra o deslocamento e pela ampliação da Justiça no estado.

*Da Redação, com informações de Rosane Vargas Sintrajufe-RS.

Uma vela para o samba sem cachaça e sem charuto

Texto e fotos
Vinicius Souza

São Paulo é realmente um lugar peculiar. Talvez seja preciso nascer ou viver muito tempo aqui para entender algumas coisas. E infelizmente governantes com tendências claramente autoritárias se aproveitam das idiosincrasias locais para criar leis que beiram o fascismo. A proibição total do fumo em ambientes de uso público, ainda que a céu aberto, é um exemplo. Assim como o banimento dos tradicionais quentão e vinho quente nas festas juninas (e nas proximidades) realizadas em escolas estaduais ou municipais. E os paulistanos parecem aguardar pacientemente as próximas restrições às liberdades individuais em favor do chamado “bem comum”, enquanto um espertalhão ganha alguns valiosos minutos de mídia e o apoio de reacionários enrustidos ou não.

Não por acaso, foi no “túmulo do samba” (como definiu Vinicius de Moraes) que surgiu há nove anos uma “nova tradição”: o Samba da Vela, que lentamente foi se encaminhando para longe de algumas práticas tradicionalmente atreladas ao samba. Não que a música seja ruim, bem ao contrário! E muito menos seria o caso de criticar a iniciativa de se abrir um espaço para novas composições de dezenas de compositores que de outro modo talvez nunca tivessem uma oportunidade de mostrar seu talento. Mas somente numa cidade careta e passiva

Em tempos de lei seca e restrição ao fumo, a “nova tradição” do Samba da Vela completa nove anos em São Paulo e se encaixa perfeitamente numa cidade cada vez mais restritiva ao livre agir.



para regras como São Paulo seria possível encontrar uma “típica roda de samba” onde não se bebe, não se dança, não se fuma e que acaba num sopão quase que com hora marcada. E tudo isso acompanhado por dezenas de seguidores fieis que comparecem religiosamente às segundas-feiras, mesmo nas comumente frias noites de garoa paulistana.

Iniciado numa noite de segunda em julho de 2000, em uma mesa do boteco, no bairro de Santo Amaro, pelos amigos, Paquêra, Magnú Sousá e Maurílio de Oliveira (esses dois integrantes do Quinteto em Branco e Preto), o Samba da Vela começou como qualquer outra roda de sambistas. Mas como em São Paulo terça é “dia de branco”, a

turma precisava achar um jeito de acabar com a música antes que ela entrasse muito pela madrugada. Daí surgiu a primeira regra que deu nome à iniciativa: Paquêra acendeu uma vela e decidiram de comum acordo que quando ela se apagasse era hora de irem para casa. Com a saída do bar e a mudança para a Casa de Cultura de Santo Amaro, um antigo mercado tombado dos tempos dos bandeirantes e pertencente à prefeitura, também as bebidas alcoólicas foram banidas. Com o recente decreto antifumo do governo estadual foi a vez dos fumantes terem de sair da roda.

Balde de cerveja – Reza a lenda que uma vez a madrinha do projeto, Beth Carvalho, levou Leo Maia (filho de Tim) e Seu Jor-

ge para conhecerem o Samba da Vela e esse último chegou com um balde de cervejas. Apesar dos fundadores da roda permitirem a exceção, em pouco tempo a tampa do balde escorregou e apagou a vela, causando grande constrangimento ao músico que teve de se desculpar e quebrar a “liturgia” do “ritual” acendendo novamente a vela e postergando seu encerramento naquela noite. Na verdade, a Comunidade do Samba da Vela, por iniciativa consciente ou não de seus integrantes, acaba mesmo se parecendo muito com algum grupo evangélico. Até os cadernos distribuídos com as letras das músicas, para que a plateia sentada em torno dos músicos possa acompanhar as melodias, lembram os hinários religiosos.

Perto das 10 da noite, Paquêra aproveita um intervalo na música para explicar que de fato o samba não é uma “comunidade”, mas um reduto de compositores e poetas nos quais as gravadoras “não veem o retorno monetário rápido a que estão acostumadas”; que a “contribuição voluntária” de R\$ 3 dos ouvintes não vai para o bolso de ninguém, apenas para a impressão dos cadernos, para a limpeza do lugar, a conta de luz e para os ingredientes da sopa; e que os pais devem trazer as crianças para conhecerem a “verdadeira filosofia do samba em um ambiente seguro”, ao invés de deixá-las à mercê de “músicas perigosas que desvirtuam o indivíduo, que logo vai estar balançando a bundinha”.



Contudo, descontando um tanto do sectarismo, do proselitismo e do radicalismo, realmente vale a pena conhecer as composições do Samba da Vela. Mas se você não puder desfrutar do som ao vivo na segunda-feira paulistana, ou se preferir curtir com amigos, dança e talvez uma bebidinha ou cigarrinho, visite a página de internet do projeto [sambadavela.com.br] onde pode ver alguns vídeos e baixar sambas em formato MP3.

Um CD lançado pelo projeto em 2004 também pode ser encontrado em lojas virtuais. E se você se animar a conhecer a fundo outras rodas de samba populares de São Paulo, talvez não tão restritivas, pode encontrar boas dicas na agenda mensal do site da Ação Educativa [acaoeducativa.org.br/agenda/periferia/samba.html]. Sempre cabe mais um na roda!

*Jornalista



Somente numa cidade careta e passiva para regras como São Paulo seria possível encontrar uma “típica roda de samba” onde não se bebe, não se dança, não se fuma e que acaba num sopão quase que com hora marcada. E tudo isso acompanhado por dezenas de seguidores fieis que comparecem religiosamente às segundas-feiras, mesmo nas comumente frias noites de garoa paulistana.

A indústria da crise e da denúncia

Flávio Braga Prieto*

Vivemos 20 anos de governos militares impostos (nem precisava dizer), seguidos de 15 anos de governos neoliberais cuja única e exclusiva preocupação parecia ser “ficar bem na fita” com os grandes capitais – internos e externos – e potências internacionais. Após disputar três eleições, Lula foi eleito, sendo reeleito com expressiva votação popular, não obstante as insistentes e permanentes denúncias e desaprovação expressa dos grandes meios de comunicação.

Eleito e reeleito, trabalhou uma plataforma para tentar redistribuir renda e manter a economia estável, além de livrar-nos da muleta incômoda e dispendiosa, em vários sentidos, do FMI. Conseguiu realizar boa parte dessas promessas, ficando a dever em alguns campos, mas mesmo assim não se pode dizer que seja um período no qual o país e sua população tenham andado para trás: ao contrário, houve aumento de renda mínima e média e o PIB cresceu, mesmo que os detratores criticassem como modesto um desempenho de 4,5%.

Obteve realizações, a despeito de oposições em muitos casos desleais e ferrenhas: no Congresso Nacional, nos grandes meios de comunicação de massa (precisa citar?) e de parte até de alguns de seus antigos colaboradores e partidos aliados, ou ainda dos partidos emergentes. Conseguiu estes êxitos malgrado as sucessivas e constantes “crises” criadas, em grande parte, por seus opositores: crise do “mensalão”, crise do “apagão aéreo”, crise do mercado imobiliário americano (a única não fomentada dentro do país)...

Quando vejo os discursos da extrema direita e esquerda convergirem para pontos comuns, fico alarmado.

sem que nada disto pudesse abalar sua popularidade de modo definitivo.

Meses atrás, após uma denúncia (mais uma) de um senador de que todos os políticos e seus partidos seriam “ninhos de corrupção”, inclusive seu próprio partido que se aliara a Lula muito antes, e depois do bate-boca no STF, fala-se em uma “crise institucional generalizada”. Ora, esta palavra é uma das mais prostitutas da história: a cada golpe de Estado no Brasil, ou a cada tentativa, verão que ela era a mais pronunciada nos meses antecedentes. Os que se erigiam em salvadores da pátria tinham sempre que divulgar a imagem de que um suposto “caos” se instaurara e que a situação das instituições nacionais era “crítica”, portanto, faziam-se necessárias “medidas de exceção” (artifício linguístico usado para denominar governos impostos por quase três décadas em grande parte da América do Sul). A “ética” e a “moralidade”, bem como a “ordem” e a “normalidade”, usadas como justificativas para instaurar o arbítrio. Sabemos o resultado: mortos, desaparecidos, torturados, truculência, autoritarismo e inúmeras outras mazelas, dentre as quais o endividamento nacional e a entrega de recursos naturais estratégicos em mãos de multinacionais.

Não queremos repetir esse passado, nem mesmo como “reprise”. Já vivemos e vimos o suficiente para saber que ele não nos serve e não nos auxilia em nada. A desunião, a desinforma-

ção, avaliação incorreta da realidade, além da desarmonia e de lutas internas nos levaram ao fracasso na tentativa de opor-nos ao que nos era imposto por grupos cujos interesses únicos eram privados e classistas. Eu era adolescente na última ditadura, mas acompanhei e acompanho, na medida do possível, o que ocorreu então. Minha avaliação talvez não seja a mais exata sobre as razões do fracasso popular e de suas vanguardas naquela época triste e sombria, mas guarda respeito e admiração pelos que lutaram e tentaram fazer o melhor, mesmo com erros.

Vamos repetir hoje os erros do passado e permitir que grupos articulados em torno de interesses escusos consigam implantar o caos e fomentar crises – como fizeram com o transporte, no Chile, pouco antes do golpe contra Allende? Quando vejo, em alguns momentos, os discursos da extrema direita e esquer-

Se há crises, vamos a elas; o que não podemos é propor “dinamitar tudo” ou “demolir o modelo” a cada década. Construir um país e uma democracia leva tempo e custa vidas, sacrifícios e suor.

da convergirem para pontos comuns (crise institucional, denúncias, etc.), fico alarmado. Os governos de Getúlio, Juscelino e Jango foram acusados de “corrupção endêmica”, não apenas pela direita, pouco antes de serem derubados e nunca se falou tanto em crise ou caos quanto na véspera desses golpes. Não sou ingênuo a ponto de pensar que não haja problemas ou que não possa haver desvios no governo atual, mas asseguro-lhes que os que o denunciam não são movidos pelo amor à retidão, na maior parte dos casos, e que se existem não são maiores do que já se viu em administrações anteriores.

Sabemos que muitas das denúncias e fontes de inquietação, transmitidas diariamente à população, são falsas ou inexatas: é o anunciado “terceiro turno” em andamento. Enquanto isto, proliferam os blogs radicais de direita fabricando piadas ofensivas e falsas acusações (uma delas: a de que Bóris Casoy, Jabor e Mainardi tenham sido mandados embora de suas respectivas redações a pedido de Lula! Outra: a de que todos os direitos trabalhistas cairiam). Não podemos ser co-veiculadores de coisas desse tipo, não por atingirem o presidente eleito e o PT, mas por serem inverdades. Não deveríamos acreditar mais em uma crise internacional, ou em uma suposta crise interna. Se há crises, vamos a elas; o que não podemos é propor “dinamitar tudo” ou “demolir o modelo” a cada década. Construir um país e uma democracia levam tempo e custam vidas, sacrifícios e suor.

*Técnico Judiciário
JF Rio Branco

Mestre em Relações
Internacionais – Centro de
Estudos Latinoamericanos.

Para onde caminha a insanidade

A mídia brasileira endoidou de vez, não que ela fosse melhor antes, ninguém aqui tem saudades da Operação Bandeirantes – que tomava peruas emprestadas da Folha para que os militares sumissem com os indesejados. Não temos saudades da época em que o governo concedeu canais para a Globo, SBT, Bandeirantes e outros grupos. Presentes em troca de apoio ao ditador de plantão. Conseguíamos, porém, identificar o mínimo de pudor na apuração e publicação de notícias. Era a época em que a Veja tinha Mino Carta e tentava fazer jornalismo. A Playboy tinha o excelente Juca Kfourri e uns belos lances de reportagem. Hoje, na era do Big Brocha Brasil e das mulheres melancias, assistimos ao reino da venalidade. Jornalismo, então, para quê? Mente-se descaradamente. Parcial, sempre foram. Mas o jornalismo anda sumido e o que se faz é clichê, pasquim acusatório e sem conteúdo. Panfletos que iludem os que querem mesmo se iludir.

Mas por que nem tento fazer humor com a informação repisada de que a mídia brasileira pirou de vez? É porque nos últimos dois meses ela se superou. Primeiro com a cobertura da “revolta popular” no Irã. Ok, não morremos de amores por governos teocráticos – não dá mesmo para engolir a repressão às mulheres e o fato de que a oposição de lá é a oposição consentida. Mas a mídia conseguiu transformar um dos candidatos dos mulás, o candidato derrotado nas urnas, no campeão do Estado Democrático de Direito e da defesa dos Direitos Humanos. O opositor é tão teocrático e repressor quanto o situacionista. A manifestação de seus eleitores tornou-se, na mídia, uma grande revolta popular. Ou seja, queriam ganhar no tapetão, reclamando do juiz – mais ou menos como faz a torcida do Botafogo todo ano ao perder o

São acometidos de TOG – Transtorno Obsessivo Golpista. Cristiana Lôbo não é louca, ela fala o que os chefões calam.

título para o Flamengo. Uma mentira tão deslavada que nem o serviço secreto de Israel caiu e o governo sionista foi o primeiro a reconhecer legítima a vitória eleitoral. Bem, se a piração parasse por aí, vamlá, já estamos acostumados a temer o Irã como a grande besta que vai cortar a cabeça de todos nós. Depois do enforcamento de Saddam Hussein, o que vai justificar que se continue brincando de War com os recursos do nosso planeta? Temos, afinal, de cultivar demônios. Esconjuro Irã e Coréia do Norte!

Eis que, mês seguinte, a mídia grande simplesmente filtra, e bem filtrado, o golpe e a revolta popular contra a deposição do presidente de Honduras. Dizem os entrevistados da Globo que os golpistas estão, na verdade, defendendo a ordem democrática e fazendo um governo de transição. Sabem qual foi o grande pecado de Zelaya? Tentar convocar um referendo para saber se o povo de Honduras quer mudanças do tipo “mais verba para educação”. O pecador iconoclasta! Queimemo-nos no fogo midiático porque é aliado de Chávez – o satã sulamericano. Mais de mil presos, dezenas de mortos, toque de recolher, tropas nas ruas... Isso não passou na telinha! A mídia grande decidiu que o povo brasileiro não deve ver o *modus operandi* golpista! Por fatos assim, virou lugar comum dizer que, no Brasil, quem quer realidade, liga na novela. Quem quer ficção não perde o Jornal Nacional. Apesar da caricatura indiana às nove da noite e da gripe suína que acometeu a Sandra Annenberg.

Meu amigo, minha amiga, hoje a mídia piora a pior censu-

ra dos desgovernos militares. É a ditadura da imagem única. Decide o que você pode e o que você não pode ver. Ajuda a pregar mentiras como a “Guerra contra o Terror” – depois, em tom indignado, diz que era tudo mentirinha e busca bodes expiatórios, que não expiam nada. Quando muito, perdem a eleição seguinte.

E aquela menina do Jô, a Cristiana Lôbo? Grande colunista e comentarista de política. Ela cometeu um artigo em que lembrava a todos que, com a doen-

ça de José Alencar e Lula no exterior, o Congresso Nacional poderia declarar vago o cargo de Presidente da República. Ah, que beleza hein! Michel Temer, segundo na linha de sucessão, poderia impedir o nordestino analfabeto de voltar ao Brasil? Assim como tentaram em 61 com Jango! É mole? É mole mais sabe, como diz o Zé Simão!

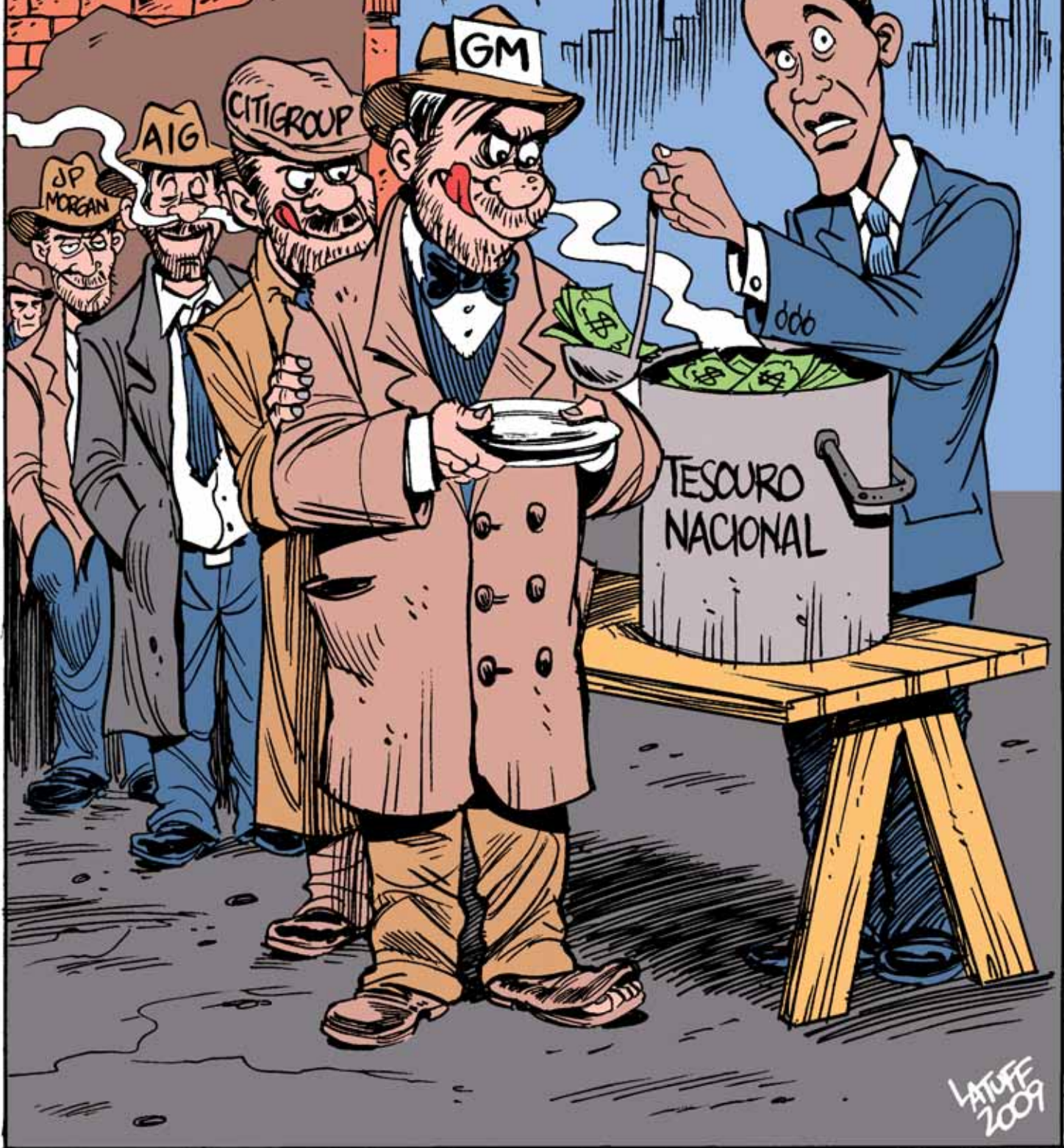
Esta gente, no seu ódio a pobre, não tem jeito. Urna só vale quando eles ganham. Para eles, democracia é quando eles mandam, ditadura é quando a gente manda neles. São acometidos de TOG – Transtorno Obsessivo Golpista. Cristiana Lôbo não é louca, ela fala o que os chefes dos jornalões calam. O ódio ao fato de a elite, que mandou 500 anos no Brasil, desde que Cabril abortou no Brasal, não estar mais no poder. Nem aqui e nem na maioria dos países da América Latina. Talvez essa coluna não tenha sido engraçada. Mas é preciso ficar sério quando os vampiros têm sede de sangue.



*Fulgêncio é alcoólatra, hipocondríaco e escreve de graça para esta página por falta de coisa mais útil que fazer.

E NA TERRA-NATAL
DO ESTADO MÍNIMO...

ESTATIZANDO,
EU??!!





Com Vista para a imponente Serra de São José, a Pousada Villa Alferes é localizada a 600 metros do centro da cidade histórica de Tiradentes. A diária inclui café da manhã tipicamente mineiro e chá da tarde, além de livre acesso a área de lazer com pequenos jardins, piscina e sauna a gás. O estacionamento com portão eletrônico garante privacidade e segurança. Na recepção existe um espaço confortável com TV a cabo e computador com acesso a Internet.

Existem três tipos de apartamentos: Standard, Superior e Máximo. Os valores das diárias de domingo a quarta – feira oscilam entre R\$ 130,00 e R\$ 215,00 e de quinta a domingo entre R\$ 150,00 a R\$ 230,00 na baixa temporada. A tarifa acima ainda tem o desconto de 10% para os sindicalizados do SISEJUFE.

**Mais informações, consulte o site da Pousada Villa Alferes:
www.villaalferes.com.br**



JUNTOS PODEMOS MAIS SINDICALIZE-SE



Av. Presidente Vargas, 509/11º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Fone: 21 2215.2443 • sisejufe.org.br

SISEJUFE

Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro